



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Bolsonarismo: uma história do conceito

Marcelo Cadore

**João Pessoa - PB
Dezembro de 2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Bolsonarismo: uma história do conceito

Marcelo Cadore

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento
das exigências para obtenção do grau de Licenciatura
em Ciências Sociais.

Orientação: Professor Doutor José Henrique Artigas
de Godoy (DCS / UFPB).

João Pessoa - PB

Dezembro de 2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C125b Cadore, Marcelo.

Bolsonarismo: uma história do conceito / Marcelo
Cadore. - João Pessoa, 2021.
78 f.

Orientador: José Henrique Artigas Godoy.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2021.

1. Bolsonarismo. 2. Direita reacionária. 3. Fascismo.
I. Godoy, José Henrique Artigas. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 329(81)

Marcelo Cadore

Bolsonarismo: uma história do conceito

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovado em: _____ de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr, José Henrique Artigas de Godoy – DCS/UFPB (Orientador)

Prof. Dra, Luciana Aparecida Aliaga Azara De Oliveira – DCS/UFPB
(Examinadora)

Prof. Dra, Tássia Rabelo de Pinho – DCS/UFPB (Examinadora)

Para minha esposa Juciane e minha filha Iuna,
meus maiores amores. Aos coletivos que
fazem resistência frente ao bolsonarismo.

Agradecimentos

O primeiro e mais especial agradecimento é para Juciane De Gregori, minha incrível companheira, e Iuna De Gregori Cadore, minha querida filha, pela companhia, parceria, paciência, ajuda e constante incentivo.

A meu pai, Nédio Cadore, minha mãe, Ana Maria Cadore, e minhas irmãs, Amanda Maria Cadore e Andréia Cadore, por todo tipo de apoio e pela compreensão das ausências e distâncias que se arrastam desde que a agricultura familiar era nossa atividade na zona rural guaraciabense, no extremo-oeste catarinense.

A Dona Ivete e o Sr. Nelson, por tão bem me receberem em sua família e por toda força, sempre.

Ao meu orientador, professor Dr. José Henrique Artigas Godoy, que além da competente e dedicada orientação que me proporcionou, foi sempre muito gentil, inclusive emprestando o equipamento em que este texto foi redigido.

Às professoras da banca examinadora, Dra. Luciana Aliaga e Dra. Tássia Rabelo, pela disponibilidade e o aceite em participar desse momento importante para mim. Tive a sorte de ser aluno das duas docentes, e mais sorte ainda de desenvolver um estudo no PIBIC sob orientação de Aliaga.

Aos meus amigos e colegas de curso, Emanuel Soares, Luiz Gustavo, Luciano Patrick e a Capitã Nalva Bezerra, pelas reiteradas ajudas e por todo aprendizado desenvolvido nesse período.

Ao senhor Odair José da Costa, servidor terceirizado que atua na EEBAS, escola em que Iuna iniciou sua alfabetização, desde 1995, tendo trabalhado num sem números de empresas. Na pessoa dele agradecer todo efetivo dessa categoria, que a despeito do pouco reconhecimento que recebem, garantem o funcionamento das Universidades.

À professora Dra. Nívia Pereira, pela edificante experiência como extensionista no projeto A Extensão Ocupa a Praça.

À professora Dra. Rita de Cassia Melo Santos e ao professor Dr. Adolfo Wagner, do IFPB Jaguaribe, pelas respectivas orientações e supervisões no PIBID Sociologia.

Às professoras, Dra. Alba Wanderley Caiado e Uyguciara Velôso Castelo Branco, minhas supervisoras nas duas monitorias que exerci na disciplina de Fundamento Sócio-Histórico da Educação.

Ao Coletivo Representativo das e dos Docentes Em Luta da Universidade Federal da Paraíba (CORDEL-UFPB), por toda forma de ajuda e por seguir na resistência contra a intervenção na Reitoria.

À Idalina, Luiz e o pequeno João, por nos acolherem na bela Paraíba.

Ao Núcleo Manoel Alves Ribeiro, a célula comunista mais revolucionária já vista e nunca registrada. Integrada por Alaor Luís Limberger, Josimar Pereira, Carolina Bernardo, Anderson Lima, Dimitri Abdalla, Matheus Hartmann e Wagner Rolff Bencke.

A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx.

Pai, eu nunca durmo, eu só sonho! Iuna de Gregori Cadore em 26/05/2021

Resumo

O *bolsonarismo* pode ser interpretado como a expressão política brasileira da ascensão de movimentos sociais, líderes e governos que coabitam o espectro político da direita reacionária em nível internacional. Tal fenômeno passou a ser investigado de forma sistemática por intelectuais que vêm publicando suas análises tanto no meio acadêmico, em periódicos científicos, dissertações e teses, assim como por meio de ensaios em espaços voltados a fomentar o debate público. Para além da natureza em si do fenômeno, também existe a disputa entre a definição se o termo bolsonarismo é um conceito, categoria ou apenas um neologismo. Objetivando contribuir para clarear os termos dessa contenda, em um primeiro momento o estudo traça um quadro panorâmico das definições mobilizadas por autores/as do meio acadêmico que pesquisam a direita reacionária e, em seguida, privilegia as análises de distintas matrizes marxistas acerca do bolsonarismo, amparando-se tanto em produções científicas como de matrizes ensaísticas. Para verificar a validade e aplicabilidade do termo bolsonarismo enquanto conceito foi empregado o método da *história dos conceitos* de Reinhart Koselleck, através do qual foi possível constatar que o vocábulo *bolsonarismo* passou a ter um valor semântico, heurístico e polissêmico, convertendo o neologismo em conceito explicativo da realidade.

Palavras-chave: Bolsonarismo; história dos conceitos; direita reacionária; fascismo; marxismo.

Abstract

Bolsonarismo can be interpreted as the Brazilian political expression of the rise of social movements, leaders and governments that cohabit the political spectrum of the reactionary right at the international level. This phenomenon has been systematically investigated by intellectuals who have been publishing their analyzes both in academia, in scientific journals, dissertations and theses, as well as through essays in spaces aimed at fostering public debate. In addition to the nature of the phenomenon itself, there is also a dispute between the definition of whether the term “bolsonarismo” is a concept, category or just a neologism. Aiming to contribute to clarifying the terms of this dispute, at first the study draws a panoramic picture of the definitions mobilized by authors from the academic world who research the reactionary right and then privileges the analyzes of different Marxist matrices about bolsonarismo, relying on both scientific productions and essay matrices. In order to verify the validity and applicability of the term *bolsonarismo* as a concept, the method of the *history of concepts* by Reinhart Koselleck was used, through which it was possible to verify that the word *bolsonarismo* came to have a semantic, heuristic and polysemic value, converting the neologism into an explanatory concept of reality.

Keywords: Bolsonarismo; history of concepts; reactionary right; fascism; Marxism.

Lista de siglas

AI5 - Ato institucional N° 05
ALERJ - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
DEM - Democratas
EUA - Estados Unidos da América
IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IL-RJ - Instituto Liberal do Rio de Janeiro
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e +
MBL - Movimento Brasil Livre
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PFL - Partido da Frente Liberal
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU - Partido Socialista do Trabalho Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
STF - Supremo Tribunal Federal
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
USP - Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	p. 13
1.1 Bolsonaro como tema e o conceito de bolsonarismo como objeto de estudo	p. 15
1.2 Do neologismo ao conceito	p. 21
2. As origens do bolsonarismo nas interpretações acadêmicas	p. 21
2.1 Marina Lacerda: Neoconservadorismo na periferia do capitalismo	p. 22
2.2 Camila Rocha: o amálgama ultraliberal-conservador	p. 25
2.3 Vera Alves Cepêda: a aliança liberalconservadora da nova direita	p. 34
2.4 Rosana Pinheiro Machado: do lulismo ao bolsonarismo	p. 38
2.5 Esther Solano: a bolsonarização no Brasil	p. 42
3. Algumas interpretações do bolsonarismo na literatura marxista	p. 46
3.1 Virgínia Fontes e o profascismo	p. 47
3.2 Armando Boito Jr e o neofascismo	p. 51
3.3 Michael Löwy, da extrema-direita conservadora ao neofascismo	p. 55
3.4 Bernardo Ricupero: o bonapartismo e o fascismo para entender o bolsonarismo	p. 58
3.5 Daniel Aarão Reis: a reação nacionalista como chave explicativa do bolsonarismo	p. 63
3.6 Luciana Aliaga: o bolsonarismo como forma política concreta da restauração reacionária	p. 68
3.7 Anita Leocádia Prestes - O bolsonarismo como ameaça fascista	p. 73

4. Considerações finais	13
	p. 78
5. Referências	p. 81

1. Introdução

Esta pesquisa foi constituída a partir de um esforço para verificar a origem e o emprego do termo *bolsonarismo* no meio acadêmico brasileiro, notadamente por intérpretes que mobilizam conceitos e categorias do marxismo como chave explicativa do fenômeno político que por ora estamos submetidos. Um pressuposto assumido desde logo é que o bolsonarismo se difere e vai para além da figura de Jair Bolsonaro, sendo a expressão nacional de um fenômeno internacional de reação à crise do arranjo econômico\político neoliberal (AARÃO REIS, 2020; ALIAGA, 2020; RICUPERO, 2019).

Ainda em 2008, com a crise nos países centrais, protestos e confrontos com forças do Estado foram registrados na Europa, motivados pela rejeição às medidas de austeridade implantadas para supostamente contornar as dificuldades econômicas, (CAMPOS LIMA & ARTILES, 2014, p. 149-150). Nos Estados Unidos, já em 2011, o movimento *Ocuppy Wall Street* contestava “a situação econômica vigente, sendo crítico ao arranjo que levou à crise financeira de 2007-2008, às medidas lançadas para remediá-la e, enfim, ao próprio capitalismo como atualmente se apresenta” (SILVA, 2018, p. 07).

No Brasil, as manifestações de 2013 chacoalharam o país, abrindo uma crise política ainda não superada (ALIAGA, 2020). A crise econômica se fez notar na apertada vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial de 2014. A instabilidade política se aguçou com o não reconhecimento da derrota pelo PSDB, embalando o discurso salvacionista de think tanks que pregam o ideário neoliberal. Nessa esteira, surgiram os movimentos políticos responsáveis por organizar os protestos pela deposição de Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República, com apoio e financiamento do PSDB, PMDB e DEM¹. Foi nesse momento que o nome de Jair Bolsonaro passou a ser difundido nacionalmente como alternativa anti-sistêmica².

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1775543-audios-mostram-que-partidos-financiaram-mbl-em-atos-pro-impeachment.shtml>

² A candidatura de Jair Bolsonaro foi anunciada pelo próprio capitão reformado ainda em 2015, como pode se verificar na matéria abaixo. Contudo, é de bom grado destacar que seu nome passa a ter maior destaque na corrida eleitoral em 2017, notadamente após o escândalo da JBS que contribuiu significativamente com a desmoralização da chamada classe política. <https://www.otvfoco.com.br/sera-que-a-midia-ta-com-medo-de-mim-questiona-jair-bolsonaro-no-mariana-godoy-entrevista/>

Na última década, o mundo experimentou um avanço global de movimentos e líderes que se encontram no espectro político das novas direitas, em vários casos conquistando expressivas vitórias eleitorais. Essa realidade sugere, em alguma medida, uma reação frente às contestações populares por melhores condições de existência crescentes em distintos pontos do mundo. Tal fato pode ser constatado na América do Norte, nos Estados Unidos de Donald Trump; na Europa Ocidental, com a Itália, Inglaterra e França; na Europa Central, onde Hungria e Polônia são exemplos; Índia e Filipinas no continente asiático; o Egito, na África; e na América Latina em El Salvador, Equador, Chile, Colômbia e Brasil. Ressalta-se que cada caso possui suas particularidades condicionadas pelos seus elementos internos estruturantes, contudo é possível localizar algumas similaridades em tais processos históricos. Para o historiador Daniel Aarão Reis:

Trata-se de uma extrema-direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiência dos regimes democráticos, instrumentalizando os quando convém, desfigurando-os ‘por dentro’ e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (AARÃO REIS, 2020, p. 03).

No meio acadêmico e intelectual brasileiro esse fenômeno passou a ser investigado e debatido tão logo seus primeiros indícios começaram a desabrochar. Por diferentes caminhos a comunidade científica local tem buscado explicar e definir o que se passa no meio político e social. Deste processo surge uma natural e salutar disputa por quais teses podem melhor responder o sem número de indagações que o contexto não só nos apresenta, como nos impõe. No interior destes embates há uma preocupação, e um considerável número de diferentes respostas, em como nomear, classificar, ou mesmo conceituar o tema que abarca o objeto de estudo em questão.

1.1 Bolsonarismo como tema e o conceito de bolsonarismo como objeto de estudo

Um primeiro apontamento que é importante fazer diz respeito ao fato de que o tema abordado neste trabalho, o bolsonarismo, demonstra raízes profundas na sociedade e na

política brasileira³, quando e se pensado em suas características mais generalizantes, ou seja, uma prática política e social permeada de preconceitos ligados ao passado colonial escravocrata, marcado pelo classismo, racismo e sexismo.

Entretanto, é necessário observar como esta carga histórica se apresenta na contemporaneidade em um contexto neoliberal (PAULANI, 2008), neoconservador (LACERDA, 2018) e invariavelmente influenciado com o advento e popularização da internet, ambiente em que esses grupos que coabitam o espectro das novas direitas transitam com grande desenvoltura (AARÃO REIS, 2020; ROCHA, 2018). Tais elementos, somados às velhas estruturas sociais brasileiras, resultam em um cenário com suas próprias particularidades. Para Ricupero (2021a, p. 11), “o bolsonarismo é muito mais recente e aparentemente menos assentado na história brasileira. (...) é basicamente o resultado do desmoronamento do governo Dilma Rousseff e do regime político instaurado com o fim da ditadura.”

Neste contexto, começa a se gestar um novo termo para se fazer referência ao fenômeno político que surgira do amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo, a saber, o bolsonarismo. A primeira menção do termo - ou do neologismo - foi feita por Conrado Hübner Mendes no artigo de opinião ‘*Refêns do bolsonarismo*’, publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 13 de março de 2014⁴.

Hübner Mendes caracteriza o bolsonarismo como um “primitivismo político”, fenômeno que “não é de direita nem de esquerda, não é de oposição nem de situação, não é conservador nem progressista. Merece outro adjetivo porque não aceita, por princípio, a política democrática e as regras do jogo constitucional” (MENDES, 2014, p. 1). Também ressalta que Jair Bolsonaro, à época Deputado Federal pelo PP do Rio de Janeiro, é “a expressão mais caricata, se não repugnante, do primitivismo” (*IBIDEM*, p. 2). Justamente por ser uma figura caricata, Bolsonaro empresta seu nome a um fenômeno que não se reduz a sua pessoa, envolvendo um fenômeno político em ascensão que carrega algum ineditismo e por isso precisa ser denominado.

³ <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/04/bolsonarismo-tem-raizes-em-um-brasil-construido-a-margem-do-estado-afirmam-pesquisadores>

⁴ <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,refens-do-bolsonarismo-imp-,1140280>

Dito isto sobre o tema e o objeto que o presente trabalho abarca, enfatiza-se que o lapso temporal observado para buscar uma historicização do conceito bolsonarismo vai desde 2013 até 2021. Frisa-se essa escolha em consequência da já referida crise política (ALIAGA, 2020) que as chamadas jornadas de junho de 2013 desencadearam, possibilitando um terreno fértil para novas aventuras políticas.

No meio acadêmico, duas teses de doutoramento ajudam a compreender como esse grupo, ou ao menos parte dele, que está inserido no âmbito das novas direitas, foi ganhando espaço até conseguir se constituir como força política e chegar ao poder. São elas: *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*, de Marina Basso Lacerda (2018), e *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita*, de Camila Rocha (2018).

Ambas as teses não usam o vocábulo bolsonarismo em sua redação, pois ainda se tratava de uma tipificação relativamente incipiente e não usada em estudos teóricos de maior fôlego. Porém, o uso de tal termo já se encontrava difundido nos meios de comunicação e na opinião pública⁵.

Ao longo do tempo, novos trabalhos foram sendo publicados com uma série de autores e autoras buscando categorizar, ou mesmo conceituar, o fenômeno político e social que no momento se apresenta no Brasil, cada qual com sua denominação e sistematização. Virgínia Fontes (2019) caracteriza o contexto político como de emergência de um profascismo; Armando Boito Jr (2020) e Michael Löwy (2020) o denominam como neofascismo; Bernardo Ricupero (2019; 2021a), Luciana Aliaga (2020) e Daniel Aarão Reis (2020) conceptualizam como bolsonarismo; Anita Prestes (2021) fala em bolsonarismo como ameaça fascista; Esther Solano (2019) observa um processo de bolsonarização; Rosana Pinheiro Machado (2018) chama a atenção para como o bolsonarismo surge do interior do lulismo, de suas contradições e deficiências. Nesse ponto reside o objeto de estudo do presente trabalho, a saber, o como o conceito de bolsonarismo vem sendo mobilizado por

⁵ O uso do termo bolsonarismo em 2018 em meios de comunicação é facilmente verificado usando ferramentas de pesquisa simples como o próprio google. Alguns exemplos são: <https://theintercept.com/2018/12/31/positivismo-cristianismo-liberalismo-compoem-bolsonarismo/>; https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/opinion/1540741974_135426.html; <https://www.istoedinheiro.com.br/eles-surfaram-a-onda-do-bolsonarismo/>; <https://jornalistaslivres.org/bolsonarismo-faz-escola/>.

diversos intelectuais que, partindo de um conjunto múltiplo de abordagens e métodos, relacionam teoria e empiria no objetivo de caracterizar do fenômeno contemporâneo do ponto de vista histórico, classificatório e conceitual.

A escolha dos/as autores/as para este estudo foi pensada a partir da notória inserção que os/as mesmos/as possuem no debate histórico e conceitual a respeito do tema abordado. Nesse sentido, há trabalhos que foram frutos de pesquisas sistemáticas e duradouras, na maioria dos casos publicados como teses ou artigos em periódicos científicos. Tais textos buscam um diálogo mais voltado ao público acadêmico e não necessariamente projetam interferir no debate público ou na realidade objetiva. Contudo, é de bom tom alertar que, até mesmo em consequência da incipiência do objeto pesquisado, parte da produção abordada reside no campo ensaístico, já com longa tradição editorial no Brasil e frequentemente visitado pela área do pensamento político brasileiro para buscar subsídios para estudos de caráter científico. No ensaio o/a autor/a busca um debate que não se volta exclusivamente para o público acadêmico, mas visa acessar um universo mais amplo de leitores, visando com isso influenciar e mesmo pautar o debate público acerca de determinado tema. Geralmente, os textos ensaísticos não passam pelos crivos próprios à produção acadêmica, que envolvem um necessário diálogo crítico entre pares. Suas linguagens são menos formais e rigorosas em relação aos textos científicos e relatórios de pesquisas acadêmicas, assim como também tendem a empreender não apenas análises diagnósticas do passado, mas prescrições sobre o futuro, o que confere oportunidade para a apresentação de inferências, impressões e opiniões que não seriam próprias aos estudos acadêmico-científicos. A produção ensaística acerca do tema do bolsonarismo mobilizada para esta pesquisa caracteriza-se pela reflexão empreendida por intelectuais públicos, acadêmicos que procuram dialogar não apenas com os pares, mas também com a sociedade, buscando atingir um público leitor mais amplo, embora também intelectualizado. Reconhecendo os limites e características da produção ensaística contemporânea, mas também reconhecendo a relevante contribuição de intelectuais públicos para o debate conceitual sobre o bolsonarismo, a escolha de autores de referência não distinguiu suas produções intelectuais, reunindo textos acadêmicos e ensaísticos na composição de um panorama amplo de explicação do fenômeno contemporâneo.

Pensar o bolsonarismo como conceito também implica em pensar o pensamento político em sua fronteira com a teoria política. O fato do Brasil se encontrar na periferia do

capitalismo tem consequências que vão muito além da arena econômica e da política institucional. Também resulta em hierarquias epistemológicas no que concerne à produção e circulação do conhecimento. Segundo Christian Lynch (LYNCH, 2013, p. 734-735), é “como se prevalecesse uma divisão internacional do trabalho intelectual”, cabendo ao ‘centro’ o papel de produção de um conhecimento ‘universal’ (filosofia, teoria, ciência), ao passo que à periferia restaria aplicar este conhecimento às suas particularidades, produzindo pensamento político e não teoria política. Não obstante, o campo de pesquisa de pensamento político brasileiro vem crescendo em volume e importância nas últimas duas décadas (LYNCH, 2016).

Os esforços pioneiros de pesquisa sobre a história do pensamento político brasileiro foram empreendidos por José Murilo de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos e de Bolívar Lamounier desde os anos 1970. Em 2000, Octavio Ianni publicou o artigo *Tendências do pensamento político brasileiro*, no qual afirmava que “um exame crítico da maioria das interpretações [do Brasil] revela que elas se aglutinam em certas orientações, linhagens ou ‘famílias’” (IANNI, 2000, p. 57). No mesmo sentido, Gildo Marçal Brandão desenvolveu um ambicioso projeto de pesquisa que resultou no livro *Linhagens do pensamento político brasileiro*, trabalho que tinha como núcleo “mapear estruturas intelectuais que se cristalizam historicamente como *a priori* analíticos e ver como se articula com a perspectiva política analisada” (BRANDÃO, 2007, p. 30). Desde a década de 2000 o campo de pesquisa sobre o pensamento político brasileiro se consolidou e institucionalizou perante as associações científicas. Desde então, este campo vem crescendo em amplitude e inserção na Ciência Política nacional, abrindo espaço para estudos interdisciplinares correlacionando passado e presente, teoria e história, dialogando com métodos próprios à filosofia política, à teoria política, à história dos intelectuais e das ideias, transitando pelas fronteiras disciplinares entre a Ciência Política, a História, a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Teoria Literária, a Filosofia. Este campo de estudo vem se caracterizando por pesquisas sobre trajetórias intelectuais, textos contextos e formas de produção, circulação e recepção do pensamento nativo em contextos diversos.

A despeito de algumas dificuldades vinculadas aos riscos do “*presentismo*”⁶ das análises acerca do bolsonarismo, o campo do pensamento político e social pode contribuir na explicação do contexto contemporâneo, por transitar “mais livremente entre as diferentes áreas da ciência política e das ciências sociais em geral. Em suma, tem uma maior predisposição para uma perspectiva crítica, que transcenda as condições de um momento ou outro” (RICUPERO, 2021b, p. 4).

A *história dos conceitos* de Reinhart Koselleck orientará metodologicamente a abordagem acerca das formas de entendimento do vocábulo “bolsonarismo”, procurando verificar como e a partir de quando ele passa a ter um significado heurístico, para além da simples associação a Jair Bolsonaro, imbuindo-se de capacidade explicativa sobre a realidade, adquirindo carga semântica.

No campo do Pensamento Político, a tradição metodológica referida é desenvolvida em um estreito diálogo crítico com as proposições da chamada *Escola de Cambridge*, que tem entre seus principais expoentes Quentin Skinner e John Pocock. Skinner (2017) defende com seu *contextualismo histórico* que os conceitos são elaborados em um momento histórico específico, com uma linguagem peculiar à situação analisada. Destarte, tal historiador britânico se mostrou “cético quanto ao valor de escrever história de conceitos ou ‘unidade-ideias’. A única história das ideias a ser escrita são as histórias de seus usos na argumentação” (SKINNER, 2017, p. 395). Aos pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam sobre os textos clássicos cabe não interpretá-los como chaves explicativas para o presente, mas sim o que e como “pretendiam comunicar seus autores – ao escrever, no momento em que escreveram, para o público específico que tinham em mente – ao endereçar tais afirmações” (IBIDEM, p. 395).

Já em Pocock, “o centro de sua reflexão metodológica desloca-se para a relação entre as várias linguagens políticas que, no seu confronto sincrônico, conformam a tessitura lingüística (...) na qual as diversas performances (...) se tornam possíveis e inteligíveis” (JASMIN, 2005, p. 29). Assim, verifica-se que também para Pocock os conceitos não são

⁶ O *presentismo* é entendido como uma “perspectiva preocupada em extrair do passado apenas o que é considerado útil para a ação do dia. Apesar dos inegáveis vínculos entre toda produção intelectual e o seu contexto, os fins pragmáticos de intervenção no presente não devem ser de tal monta que reduzam a interpretação histórica a um esquema maniqueísta” (CHALOUB & LYNCH, 2021, p. 314)

perenes em sua capacidade explicativa da realidade e, portanto, estão restritos ao seu tempo histórico e conformados na linguagem política que os seus agentes dispunham em um dado momento.

Para Marcelo Jasmin, a *Begriffsgeschichte*, a história de conceitos pensada por Koselleck, é “um modo particular de história reflexiva da filosofia e do pensamento político e social, tendo se desenvolvido a partir das tradições da filologia, da história da filosofia e da hermenêutica” (JASMIN, 2005. p. 31).

Do ponto de vista da produção científica, “torna-se relevante saber a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica” (KOSELLECK, 2006, p.101). Assim, o interesse do método koselleckiano não está em descobrir o uso casual de um vocábulo, ou uma análise linguística sobre tal mas, partindo do uso pragmático da língua, da palavra, marcado pelo sincronismo, verificar quais elementos diacrônicos tal expressão contém, pois são eles que incutem um peso semântico em um neologismo, convertendo a palavra em conceito (KOSELLECK, 1992, p.141).

Visando compreender o bolsonarismo e verificar sua validade enquanto categoria classificatória ou conceito é adequado que se empreenda uma investigação que busque minimizar, se não “suprimir a distinção qualitativa entre ‘teoria política’ (‘universal’ – cêntrica – superior) e ‘pensamento político’ (‘local’ – periférico– inferior)” (LYNCH, 2013, p. 760). Neste sentido, é fundamental estar ciente de aspectos histórico-estruturais que conferem particularidade ao capitalismo dependente brasileiro e de como estes plasmaram-se para a produção e circulação do conhecimento.

1.2 Do neologismo ao conceito

O fenômeno político investigado é um tema relativamente recente na história brasileira (RICUPERO, 2021). Apesar do neologismo ‘bolsonarismo’ ser amplamente usado nos meios de comunicação e em comentários e ensaios sobre a conjuntura, o estudo sistemático do mesmo enquanto conceito ainda carece de maior atenção e elaboração, até mesmo por se tratar de uma produção realizada ainda no calor dos acontecimentos, portanto sem ter suas consequências devidamente sedimentadas para uma observação mais exaustiva

no campo acadêmico. Como destacado, embora algumas pesquisas acadêmicas recentes venham lançando luz sobre o fenômeno do bolsonarismo, há um franco debate em curso envolvendo intelectuais públicos que, integrando pesquisas científicas com análises de conjuntura, buscam intervir política e intelectualmente na arena pública, transitando entre a esfera acadêmica e a ensaística.

Com base nestes diagnósticos, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo verificar como se constituiu a história do conceito bolsonarismo nas fronteiras da academia brasileira, assim como apresentar distintas interpretações desenvolvidas dentro do campo intelectual marxista, mapeando a pluralidade de matrizes analíticas que o mesmo comporta.

2. As origens do bolsonarismo nas interpretações acadêmicas

Conforme apontado anteriormente, no meio acadêmico, marcadamente nos programas de pós-graduação em Ciência Política, as teses de doutoramento Lacerda (2018) e Rocha (2018) são importantes para compreender como o bolsonarismo, enquanto fenômeno político, foi gestado até conseguir se apresentar como força política eleitoralmente competitiva e chegar ao poder, contudo, nenhuma explora com particularidade os usos semânticos e conceituais do vocábulo bolsonarismo.

Também tratando do fenômeno político contemporâneo sem fazer uso do neologismo bolsonarismo como conceito, Vera Alves Cepêda (2018) analisou brevemente o cenário político brasileiro e como um grupo de intelectuais de direita conseguiu galgar espaço na mídia, no mercado editorial e nas universidades. Da mesma forma, a autora identifica os elementos conceituais que definem as fronteiras do campo político da direita no Brasil e no mundo, mapeando seus trajetos epistemológicos.

Outras duas autoras também vêm colaborando com o esforço de explicação da ascensão do bolsonarismo ao centro do poder da arena política a partir de pesquisas empíricas, como: Esther Solano Gallego, que aborda a *bolsonarização* dos movimentos de rua que se identificavam com pautas direitistas desde 2013, mas com maior intensidade a partir do final de 2014, após a vitória apertada da petista Dilma Roussef no escrutínio presidencial e o não reconhecimento da derrota por parte de seu oponente, o tucano Aécio

Neves; e Rosana Pinheiro Machado (2018), que acompanha um grupo de indivíduos que residem na periferia porto alegreense desde meados dos anos 2000. Através de reuniões com grupos focais, Pinheiro Machado elaborou um instigante estudo que sistematiza o como a inclusão social e a construção da noção de cidadania pela via do consumo e não do acesso aos direitos básicos foi convertendo jovens que eram adeptos ao chamado lulismo para o campo político da direita, aderindo ao bolsonarismo. É relevante destacar que estas duas pesquisadoras já fazem uso sistemático da expressão bolsonarismo.

Feita essa pequena introdução sobre algumas interpretações acerca das origens, sentidos e dinâmicas do fenômeno político bolsonarista, far-se-á na sequência uma apresentação objetiva de suas investigações.

2.1 Marina Lacerda: Neoconservadorismo na periferia do capitalismo

A tese de Marina Basso Lacerda (2018) analisa a articulação em torno de distintos temas da agenda da direita contemporânea na Câmara dos Deputados: o ativismo pela família tradicional patriarcal; o punitivismo; o neoliberalismo e o combate ao bolivarianismo. A autora constata que existe uma militância concertada em torno destes temas, demonstrando quem foram e, em algum nível, ainda são seus parlamentares protagonistas e quais argumentos os unem.

A hipótese testada por Lacerda (2018) consiste na afirmação da existência de uma *articulação neoconservadora* na Câmara dos Deputados, apontando para uma reelaboração do neoconservadorismo de matriz estadunidense. Para tanto, é usada a literatura sobre este movimento político surgido nos EUA na década de 1980. A autora verificou como a ascensão de Thatcher e Reagan ao poder fomentou o neoliberalismo nos países centrais, inaugurando sua associação a um novo conservadorismo, que ganhou contornos iniciais sob a doutrina Reagan e se consolidou como alternativa política a partir da doutrina Bush, integrando um conjunto de valores políticos, sociais, morais e religiosos reacionários à plataforma desregulamentadora neoliberal.

Após analisar as votações em plenário, proposições e o conteúdo do discurso de parlamentares sobre os temas indicados, além de traçar um perfil classificatório de participação dos deputados em bancadas proponentes de iniciativas conservadoras e

reacionárias, Lacerda (2018) comprova que há semelhanças entre a mobilização dos representantes brasileiros da 55ª legislatura, especialmente os integrantes da chamada Bancada BBB (boi, bala e bíblia), e o movimento neoconservador surgido no Reino Unido e nos Estados Unidos no fim da década de 1970.

Todavia, a ação produzida no Brasil contém peculiaridades próprias da periferia. Diferente do que ocorre nos Estados Unidos, nos trópicos o projeto neoconservador não tem feição imperialista, aliás, na contramão disso, privilegia uma inserção internacional “hemisférica” e “não autônoma” (LACERDA, 2018, p.158; p. 190). Soma-se também a este primeiro fator o fato de que a defesa dos princípios neoliberais no Brasil não é tão explícita, uma vez que os parlamentares neoconservadores geralmente possuem entre suas bases eleitorais populações pobres que necessitam de alguma proteção estatal. A articulação destas pautas forma um ideário neoconservador, com seu cerne na defesa da família tradicional, leia-se família patriarcal, e de valores religiosos cristãos como resposta às disfunções sociais geradas pelo mercado. Assim:

O neoconservadorismo, portanto, é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos. O movimento político neoconservador se materializou em uma coalizão (LACERDA, 2018, p. 39).

Evidencia-se nitidamente como Lacerda (2018) aborda a ascensão neoconservadora no interior da Câmara dos Deputados também como uma reação à organização e mobilização reivindicativa da comunidade LGBTQIA+. Para a autora, "o que diferencia o neoconservadorismo de outros movimentos e ideologias conservadoras e de direita é a centralidade que atribui às questões reprodutivas e sobre a família tradicional" (*IBIDEM*, p. 186). Mais adiante, baseando-se no trabalho *Deconstructing the Essential Father*, de Silverstein e Auerbach (1999), afirma que "a posição neoconservadora é (...) uma tentativa dos homens heterossexuais de restabelecimento de suas posições de poder perdidas no interior da família" (*IBIDEM*, p. 187).

Em um estreito diálogo com Wendy Brown e Flávia Biroli, a tese de Marina Lacerda (2018) demonstra como os valores reacionários e conservadores se coadunam com o ideário

neoliberal justamente para cimentar o tecido social que, sob os desígnios do livre mercado, acabam gerando condições que induzem a um individualismo exacerbado e gerador de desagregação social. Destarte:

(...) o neoconservadorismo em parte é uma resposta à erosão da moralidade no capitalismo; trata-se de um preenchimento do vazio político com valores morais rígidos, com a vantagem de serem esses valores opostos ao comunismo/bem-estar e à distribuição de renda. O neoconservadorismo engendra, para usar a expressão de Biroli, um moralismo compensatório pela perda de qualidade de vida a que políticas neoliberais levam (*IBIDEM*, p. 189).

Lacerda (2018) conclui que estamos submetidos a "um neoconservadorismo periférico, subalterno e tardio. Não se trata, aqui [Brasil], da maior força política. Mas se trata de uma força política relevante, com capacidade de influência e com poder crescente" (*IBIDEM*, p. 193). O Bolsonarismo se insere neste contexto de crescente protagonismo político das novas direitas.

Percebe-se como a contribuição de Lacerda (2018), para além do rico debate conceitual que a autora traz, principalmente na primeira parte de sua tese (LACERDA, 2018, p. 17-71), está focada nas ações e reações desenvolvidas na esfera da Câmara dos Deputados, portanto centrada em observar como o pensamento neoconservador, aqui tratado como uma categoria das novas direitas, se apresenta e se postula como protagonista no interior de uma Instituição de destaque na órbita dos poderes oficiais constituídos.

Contudo, como já argumentado, a ascensão do fenômeno do bolsonarismo é um fato multifacetado que está capilarizado nas mais distintas dimensões do conjunto social e político. Considerando esse entendimento, busca-se agora verificar como o ideário destas novas direitas se originou e disseminou no tecido social brasileiro. Para tanto, abordar-se-á sobre a tese de Camila Rocha (2018) intitulada *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita*, sob a orientação de André Singer, ex Porta-voz (2003-2006) do Governo Lula e teórico que desenvolveu o conceito de *Lulismo*.

2.2 Camila Rocha: o amálgama ultraliberal-conservador

O argumento central defendido na tese é de que a formação de uma nova direita no Brasil é um amálgama ultraliberal-conservador cuja origem remonta à organização de contra-públicos digitais durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. De imediato, constata-se que Rocha (2018) não usa a terminologia *neoconservadorismo*, tampouco o vocábulo *bolsonarismo* é mobilizado, a despeito da autora fazer uma breve recuperação da trajetória, pouco substancial diga-se de passagem, de Jair Bolsonaro, então Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, à época no PSC, e de como sua prole também estava inserida no meio político institucional, seguindo os mesmos passos do pai (ROCHA, 2018, p. 178-180).

Amparando-se no conceito de “liberal-conservadorismo” cunhado por Jorge Nállim (2014) ao retratar o caso argentino (ROCHA, 2018, p.59), Camila Rocha o traduz para a realidade brasileira ao definir o *ultraliberalismo-conservador*, usando o adjetivo ‘ultra’ para ressaltar a radicalidade da defesa da agenda pró-mercado (IBIDEM, p. 48). A autora explica que:

(...) o termo neoconservadorismo oculta a influência do liberalismo econômico, como também passou a designar mais especificamente uma vertente da direita norte-americana que surgiu na década de 1970 e que defendia que o país adotasse uma política externa mais agressiva. Inclusive, é preciso também levar em conta que, no caso do Brasil, assim como de outros países, o conservadorismo não diz tanto respeito a um nacionalismo bélico em relação a outros países, estando mais ligado à defesa do status quo tendo em vista a preservação de costumes e das tradições legadas pelas gerações passadas, posicionamento, que, na maioria dos países latino-americanos estava relacionado sobretudo ao tradicionalismo católico até a década de 1980 (IBIDEM, p. 59)

Entretanto, a autora ressalta que a nova direita que se apresenta no Brasil não tem um caráter único, exclusivamente pró-mercado, apontando que:

(...) a grande novidade reside no amálgama inédito entre o ultraliberalismo econômico e a defesa de pautas conservadoras no que tange aos direitos humanos e demandas específicas dos movimentos feminista, LGBT, negro, indígena e quilombola. Tal amálgama foi possível em virtude da união de diferentes grupos que possuíam, e

ainda possuem, tensões importantes entre si mas que se unificaram em torno do anti-esquerdismo e do anti-petismo (*IBIDEM*, p. 18).

Para sustentar esse argumento, Camila Rocha (2018) traçou uma reconstrução histórica da atuação política da direita brasileira na esfera pública⁷, por meio dos chamados *think tanks*, desde a década de 1940, passando pela formação de *contra-públicos* na metade dos anos 2000 até às eleições de 2018, quando a nova direita, na visão da politóloga, chega ao poder.

O conceito de contra-público tem centralidade evidente na tese de Rocha (2018). Foi desenvolvido em um primeiro momento para apontar insuficiências e lacunas na teoria habermasiana. Ainda no ano de 1990, Nancy Fraser indicou a existência de contra-públicos subalternos na esfera pública burguesa, isto é, “de espaços discursivos formados por grupos que compartilham um status de subalternidade material, cultural e/ou simbólica na estrutura social, como mulheres, trabalhadores, pessoas não-brancas, entre outros, que demandavam a ampliação de seus direitos” (p.25).

A definição proposta por Fraser, contudo, sugere um caráter quase que naturalmente progressivo do conceito de contra-público, haja vista que entende-se que se circunscreve a grupos subalternos que se organizam e disputam espaço na esfera pública para poder influenciar nas arenas decisórias da política institucional através de argumentação crítica-racional e obter mais direitos a estratos sociais historicamente marginalizados, tornando-se um instrumento de aperfeiçoamento da democracia e conseqüentemente da vida social.

Camila Rocha (2018) demonstra que mais adiante, em 2002, o crítico literário Michael Warner retomou este debate e demonstrou que existem contra-públicos que buscam ocupar a esfera pública através não de uma reflexão crítica-racional, mas de uma forma de publicidade mais *performática e poética*, com caráter disruptivo. O autor aprimorou a

⁷ "A teorização acerca da esfera pública e de seus potenciais democratizantes desenvolvida por Habermas e seus interlocutores desde a década de 1960 até o presente se insere na tradição da chamada teoria crítica. Tal tradição está assentada, sobretudo, em uma atitude orientada para a emancipação humana, a qual se traduz na busca permanente por potenciais emancipatórios inscritos no mundo social existente. É justamente tal atitude que distingue a teoria crítica do que seus adeptos consideram como ‘teorias tradicionais’, isto é, aquelas que se preocupam em descrever e compreender a realidade social mas não em vislumbrar possibilidades para a sua transformação" (ROCHA, 2018, p. 25)

definição de público, classificando-o em três grupos com delimitações pouco rígidas: o público geral; o público específico; e por fim, os “públicos que são formados a partir da existência de textos e de sua circulação” (p.26). Este último é o que interessa à tese aqui descrita. Assim, para Warner:

os contra-públicos seriam definidos por uma característica que aponta para uma disruptividade específica, de modo que o conflito que permeia seus discursos não se estenderia apenas a ideias políticas e políticas públicas mas a modos discursivos e formas de endereçamento baseados em argumentos críticos-rationais, tidos como mais legítimos em públicos dominantes e que dizem respeito a uma hierarquia existente nas mídias tradicionais (*IBIDEM*, p.27).

Ainda nessa discussão sobre contra-público, Rocha (2018) resgata um artigo intitulado *New Media, conter publicity and the public sphere*, de John Downey e Natalie Fenton, publicado na revista *New Media & Society* em 2003. Frisa-se que Downey e Fenton não citam o trabalho de Warner, o que sugere a ausência de uma influência mútua ou parcial entre os autores. Tais teóricos defendem a hipótese de que a contra-publicidade não é ferramenta exclusiva de “grupos subalternos e/ou que defendem uma agenda de reformas sociais ligada à expansão de direitos, os autores defendem abertamente o aumento da possibilidade da constituição de contra-públicos à esquerda e à direita em vista da popularização da internet”. Nesse caso, portanto, a definição de contra-público “é essencialmente relacional e conjuntural” (ROCHA, 2018, p. 28).

Para analisar como os *think tanks* conseguiram diversificar seu público e influenciar a esfera pública, Rocha (2018) articulou as duas definições anteriormente expostas de forma complementar, pois:

Para além de ambas considerarem a possibilidade da existência de contra-públicos conservadores e/ou de direita, a maior visibilidade do caráter performático e disruptivo que caracteriza a contra-publicidade na formulação de Warner, levando em conta as considerações de Downey e Fenton, pode ser pensada como algo relacional e contextual de certos públicos na medida em que, em determinadas conjunturas políticas e sociais,

seus membros passam a ter uma percepção de que seus interesses e/ou modos de vida estão sob ameaça (p. 31).

Na tese o foco principal recai na trajetória do contra-público ultraliberal, uma vez que este foi o único capaz de se organizar institucionalmente por meio dos *think tanks* na sociedade civil de forma precoce, isto é, ainda durante o auge do lulismo. Essa capacidade organizacional foi decisiva para impulsionar e sustentar a Campanha Pró-Impeachment de Dilma Rousseff (2014-2016), além de fortalecer outras iniciativas políticas importantes à constituição da nova direita.

Empiricamente, Rocha (2018) realizou 30 entrevistas em uma pesquisa de campo em profundidade com lideranças e militantes que atuaram neste processo entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2018. A mesma verificou que os *think tanks* passaram por alterações substanciais em sua forma, mas conseguiram preservar seu conteúdo ultraliberal e pró mercado.

As primeiras organizações deste perfil remetem ainda a 1946, com a *Foundation for Economic Education* (FEE), fundada em Atlanta, nos EUA. Já em 1981, Anthony Fisher fundou a *Atlas Economic Research Foundation*, que posteriormente mudou seu nome para *Atlas Network*, sendo uma das organizações que mais se expandiu pelo mundo, subsidiando inclusive a criação de uma rede de *think tanks* pró mercado em escala global. Os intelectuais que fomentaram teoricamente este empreendimento se concentravam entre aqueles da *Escola austríaca* e da *Escola de Chicago*, tendo como expoentes da primeira Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Karl Popper, e Milton Friedman da segunda.

Segundo Rocha (2018), o ideário ultraliberal pró mercado passou a ser difundido no Brasil a partir de 1946, com a tradução de *O caminho da servidão*, livro mais popular de Hayek, tendo como incentivadores maiores o empresário Adolpho Lindenberg e seu primo, Plínio Corrêa de Oliveira. Ambos foram fundadores, em 1960, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a reacionária TFP. Em 1983, financiado principalmente por Donald Stewart Jr., “um dos homens mais ricos do Rio de Janeiro” (ROCHA, 2018, p. 73-74), foi fundado *Instituto Liberal* do Rio de Janeiro (IL-RJ). O Instituto Liberal foi de fundamental importância à divulgação do ideário ultraliberal e pró mercado no Brasil. Entre seus quadros estavam figuras formadas na Escola de Chicago, como

Paulo Rabello de Castro, ex presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no governo Temer, e Paulo Guedes, atual (2021) Ministro da Economia no governo Bolsonaro.

Ressalta-se que inicialmente esses *think tanks* possuíam uma estrutura centralizada, que controlava uma série de meios de publicação, como a Revista Notas e a Revista Think Tanks, além de organizarem traduções e publicações de livros, premiações, intercâmbios com universidades e eventos que visavam atingir um público ainda não amplo, porém capaz de ser formador de opinião e, portanto, apto a expandir os horizontes ultraliberais no Brasil. O contato com atores políticos não era tão intenso, estava mais focado com integrantes do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), notadamente na pessoa de Jorge Bornhausen.

Após experimentarem uma rápida expansão nos anos 1980, subsidiada com recursos de organizações internacionais, como a Atlas Network, e de empresários nacionais, sempre temerosos de um espectro comunista que supostamente rondaria a América Latina, os *think tanks* brasileiros adentram na década de 1990 em um novo contexto, com o governo federal disposto a implantar ao menos uma parte das agendas ultraliberais. Chama a atenção que em face desse acontecimento o empresariado nacional parou de financiar os *think tanks* pois “passaram a compreender que o ideário pró-mercado teria penetrado de fato no governo, e que, portanto, os think tanks já haviam logrado êxito e não necessitavam mais de um aporte contínuo de recursos” (*IBIDEM*, p.96).

A partir da metade dos anos 2000, com o advento da internet, a forma de se organizar, produzir e divulgar o ideário ultraliberal passou por transformações substanciais. Os primeiros espaços virtuais voltados para os contra-públicos da nova direita remetem ainda ao ano de 1998, com o blog *Sapientiam autem non vincit malitia*, do astrólogo e autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho. Apesar de quase ignorar assuntos da ordem do campo econômico, as críticas ao mundo político e a falácia de um suposto domínio ideológico das esquerdas no interior dos meios acadêmico e jornalístico, seduziam jovens que buscavam alternativas fora dos polos políticos agregados em torno do PT e do PSDB, abrindo espaço no debate público, negado desde os anos 1980, para liberais conservadores e reacionários (ROCHA, 2018, p. 101).

Com a popularização do Orkut, rede social criada em 2004, foram criadas comunidades virtuais que reuniam desde admiradores de Olavo de Carvalho e seus estridentes discursos, até grupos que discutiam sobre liberalismo e libertarianismo. Foi nesses espaços que começaram a circular textos com conteúdo ultraliberal, que aos poucos foram chamando a atenção do mercado editorial, que até então tinha publicado algumas obras de Olavo de Carvalho, como *O imbecil coletivo*, mas ainda focava seus investimentos em outros conteúdos. Nesta esteira surgiu a *É realizações* e a *Vide editorial*, editoras que publicaram obras de Roger Scruton, Kirk Russell e Eric Voegelin, além dos recentes autores da nova direita brasileira, como Rodrigo Constantino, que lançou seu primeiro livro em 2004, pela Vide editorial, com o título *Os prisioneiros da liberdade*, uma coletânea de artigos escritos para o blog olavista *Mídia Sem Máscaras*. Um pouco mais tarde foi a vez da Editora Record contratar Carlos Andreazza como editor, que publicou: *O mínimo que você precisa saber para não ser um idota*, uma coletânea de artigos escritos por Olavo de Carvalho e organizados por Felipe Moura Brasil.

Motivados pela crise do mensalão em 2005, esses grupos se articularam para além das redes sociais virtuais e passaram a compor frentes organizadas que reivindicavam o impeachment de Lula. No ensejo dessas aspirações surgiram alguns movimentos, sendo precursor, ainda em 2006, o *Endireita Brasil*, seguido por outros como o *Cansei*.

Na sequência, devido à mudança da forma de organizar os *think tanks*, que passaram de um modelo centralizado e planejador para um formato descentralizado e com diversas organizações que agem de forma autônoma com recursos mais acessíveis como a internet, deu-se início a uma nova onda de instituições pró-mercado no Brasil. Destaca-se nesse processo a criação do Instituto Millenium, ao qual estavam envolvidos Hélio Beltrão, Rodrigo Constantino e Paulo Guedes, fortemente financiado pelas Organizações Globo e pelos Grupos Abril, Ultra, Gerdau, Évora, entre outros conglomerados empresariais de grande porte. Merece atenção especial também a criação do Instituto Mises Brasil, fundado em 2007 e até hoje presidido por Hélio Beltrão. Rocha (2018, p. 139) indica ter sido o Instituto Mises o primeiro *think tank* ultraliberal do país.

Para descrever a atuação da rede formada pelos *think tanks* atualmente, Hélio Beltrão recorre à metáfora da estrela-do-mar. Com altíssima capacidade de regeneração, a

estrela-do-mar pode perder um de seus ‘braços’ e não apenas reconstituir outro, o ‘braço’ que foi perdido é capaz de gerar outra estrela-do-mar. Assim:

ao contrário do que ocorria com a rede de think tanks pró-mercado existente até a metade dos anos 2000, em que a atuação das organizações era centralizada em empresários específicos e dependia deles para funcionar, (...) hoje os militantes se organizam de modo descentralizado e conseguem se mobilizar sem dispor de grandes recursos iniciais, apenas fazendo uso intensivo de suas redes na internet e fora dela (ROCHA, 2018, p.154).

Esse formato descentralizado favoreceu o surgimento de várias organizações que se reivindicavam de direita e que em alguma medida acabaram por subsidiar o bolsonarismo anos mais tarde. De fato, para Camila Rocha (2018), as manifestações de Junho de 2013 foram catalisadoras das condições de reunião das diversas tendências que compõem as novas direitas em torno de um projeto de poder.

Durante os protestos que tomaram as ruas do país, grupos neoliberais⁸, minarquistas⁹, anarco-capitalistas¹⁰ e objetivistas¹¹ militaram lado a lado. Essa militância prosseguiu após a derrota do candidato tucano Aécio Neves e o não reconhecimento da derrota pelo Partido. Nessa ocasião surgem movimentos como o *Vem Pra Rua*, *Movimento Brasil Livre*, *Revoltados Online* e *Nas Ruas*, além do fortalecimento de legendas partidárias como o PSC, o recém criado NOVO e o PSL, partido pelo qual Jair Bolsonaro venceu o pleito presidencial de 2018. Todas essas legendas e organizações que participaram e apoiaram a ascensão da nova direita ao Poder Executivo comportam em seus quadros e, principalmente em seus projetos, representantes e bandeiras que ajudaram a construir e

⁸ Camila Rocha (2018) adota formulação idêntica à do cientista político argentino Sergio Morresi e dos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, de que “ao contrário do liberalismo laissez-faire, o neoliberalismo defende um papel ativo do Estado como promotor do livre-mercado” (p. 46).

⁹ “Os minarquistas compreendem que as únicas instituições estatais que deveriam existir são aquelas relacionadas à justiça e à segurança pública” (IBIDEM, p.47).

¹⁰ “Os anarco-capitalistas defendem a abolição total do Estado, a manutenção da propriedade privada, o livre-mercado e a soberania individual” (IBIDEM, p.47).

¹¹ A romancista Ayn Rand se autodeclarava objetivista. Rand foi uma imigrante russa que mudou seu nome ao se estabelecer nos Estados Unidos e criou uma filosofia própria chamada objetivismo baseada em uma defesa radical do capitalismo de livre-mercado (IBIDEM, p.47).

consolidar o “amalgama inédito entre o ultraliberalismo econômico e a defesa de pautas conservadoras” (ROCHA, 2018, p.18) que vem sendo chamado de bolsonarismo.

Analisando a tese de Camila Rocha (2018) é possível verificar como os *think tanks* foram eficazes em fazer uso da internet para poder produzir, divulgar e circular seu ideário pró mercado, moldado pelo amalgama ultraliberal-conservador. Porém, é válido avaliar também como tais teorias e ideias são produzidas, analisadas e recepcionadas no mundo acadêmico, e mais especificamente, como os intelectuais da nova direita, a qual o bolsonarismo é parte integrante, colaboram nessa ‘guerra cultural’, como tal espectro político considera. Para cumprir, ainda que parcialmente, essa empreitada, será tomado como base o artigo *A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais*, de Vera Alves Cepêda (2018) que, assim como Lacerda (2018) e Rocha (2018), não usa o termo bolsonarismo, apesar de abordar as bases teóricas, argumentativas e retóricas do fenômeno que é tema e objeto deste trabalho.

2.3 Vera Alves Cepêda: a aliança liberalconservadora da nova direita

O artigo supracitado aborda o tema da nova direita no Brasil recente. Cepêda (2018) identifica os elementos conceituais definidores das fronteiras do campo político da direita no Brasil e no mundo nas últimas décadas. No caso brasileiro, o estudo propõe “um caminho que relacione a nova direita no Brasil com o contexto do debate teórico mundial e elementos de sua performance nacional” (CEPÊDA, 2018, p. 41). Nesse caso, o bolsonarismo surge como uma categoria da nova direita brasileira.

Ao examinar a produção acadêmica que busca dar conta das especificidades do campo direitista e conservador recente, Cepêda (2018) analisa como os temas e argumentos do campo são mobilizados no manifesto publicado por intelectuais em 2012, intitulado *Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. Tal manifesto “agrupa experiências e trajetórias diversas de acadêmicos do Brasil (Luiz Felipe Pondé e Denis Rosenfield) e de Portugal (João Pereira Coutinho), localizado temporalmente no momento anterior da explosão das manifestações de 2013 e na crise dos governos petistas” (CEPÊDA, 2018, p. 42). A análise de *Por que virei à direita* como manifesto é assim encarada como parte da “disputa entre *intelligentsias* sobre a concepção de política e o pensamento de direita brasileiro” (CEPÊDA, 2018, p. 42).

Ciente das dificuldades para se delimitar e classificar um fenômeno altamente complexo como a ascensão de uma nova direita radicalizada, Cepêda faz uso dos escritos do filósofo italiano Norberto Bobbio para buscar nos limites da interpretação e da ação política a fronteira entre os plurais e diversificados pensamentos de direita e de esquerda, pois “para entender um campo político torna-se necessário configurar o outro, quer como teoria, quer no balanço de experiências históricas concretas” (p. 43). Também procura subsídios em Umberto Eco e sua caracterização do *Ur-Fascismo*, assim como na pesquisa que resultou na obra *A personalidade autoritária*, coordenada por Theodor Adorno, para embasar sua argumentação.

Segundo Vera Alves Cepêda (2018):

a impressão que fica é que a direita, onde podem caber e couberam historicamente muitas vertentes políticas particulares, orienta-se pelo reconhecimento da desigualdade como ordem natural e limite de toda ação política. Enquanto a esquerda seria orientada pelo desejo de superar essa ordem e instalar a igualdade, independentemente de ter conseguido esse resultado em algum momento de seu percurso concreto, ou de tê-lo arriscado a partir da escolha infeliz de instrumentos inadequados (p.44)

Para observar a “racionalidade discursiva do conservadorismo”, Cepêda (2018) se apoia no trabalho de Albert O. Hirschman: *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, entendido como uma análise do “reacionarismo ao processo de expansão dos direitos modernos” (CEPÊDA, 2018, p.47). Hirschman articula três arranjos argumentativos no eixo da perversidade, da futilidade e da ameaça. O primeiro, a perversidade, condena as políticas públicas do modelo do Welfare State - que traduzindo para o caso brasileiro, segundo a autora, seria o projeto desenvolvimentista - como causadoras de efeitos indesejáveis. O segundo, a futilidade, denuncia o risco de uma política adotada ser inócua, incapaz de atingir os resultados pretendidos de mudança social. A terceira, a ameaça, incute a ideia de risco de perda substancial de algum ganho já consolidado em face a adoção da nova política. Juntas, essas teses produzem um discurso que refuta a implantação de ações políticas que visem mudança nas estruturas sociais e nos níveis de desigualdade (CEPÊDA, 2018, p. 48).

Ao analisar o contexto no qual a nova direita brasileira se apresentou como força política e alternativa frente à crise, Cepêda (2018) constata que as três formas retóricas pensadas por Hirschman “foram largamente mobilizadas pela nova direita brasileira no período recente e representam ferramentas notáveis quando se trata da disputa ideológica no âmbito da argumentação racional” (CEPÊDA, 2018, p.49).

Entretanto, a autora faz o alerta de que uma característica nacional que precisa ser examinada detalhadamente é a “luta ideológica fora do escopo da argumentação racional - a guerra híbrida”, que usa amplamente o recurso do revisionismo vulgar e das fake news. Assim:

O advento da guerra híbrida como estratégia política soma um novo caminho às retóricas de Hirschman (que não são abandonadas, ao invés disso, incorporada neste novo sistema apoiado especialmente nas fake news) e robustecem tanto o papel das ideologias e de seus porta-vozes: intelectuais, ideólogos militantes, formadores de opinião; quanto suas arenas (imprensa, mídias sociais e mundo acadêmico) (p. 49).

Ao desvelar a dinâmica conceitual que os intelectuais da nova direita brasileira se apropriaram, Cepêda (2018) traçou um quadro geral do fenômeno da nova direita no Brasil, “em especial quanto à compreensão de seus subgrupos e da aliança na ação, por vezes estranha ao primeiro olhar, entre direita, extrema direita, conservadorismo e neoliberalismo” (p. 50). Pois “o termo *nova* exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política” (CEPÊDA, 2018, p. 52).

Para exprimir o ineditismo que a terminologia ‘nova’ intuitivamente sugere, Cepêda (2018) aponta como Olavo de Carvalho afirma que o campo da direita:

conjugaria o liberalismo econômico com valores tradicionais, exprimindo uma tensão curiosa no campo: o da liberdade de mercado (individualista, competitivo e de *laissez faire*) com a adoção a priori de valores morais coletivos e tradicionais (portanto não individuais e menos ainda libertários) (p. 53).

O que Vera Cepêda Alves (2018) destaca é que “na nova direita brasileira coabitam ‘famílias’ políticas diferentes, em que convive uma aliança entre liberais e conservadores

com segmentos de direita radical e neofascistas” (p. 56). No artigo da autora privilegia-se a observação da *aliança liberalconservadora*.

Para analisar o manifesto *Por que virei à direita*, a pesquisadora trata de Coutinho, Pondé e Rosenfield como intelectuais orgânicos, pois mesmo que “parte da sua produção circule em grupos sociais amplos, nos jornais ou mídia social, os atos de fala que emitem estão investidos da aura acadêmica e da legitimidade discursiva que dela advêm” (CEPÊDA, 2018, p. 57). Ao perceber que, a despeito dos três pensadores da direita possuírem distintas visões de mundo e sociedade, mantém um traço político em comum e que para a autora ajuda na definição do amplo campo da direita, a saber, “que o conservadorismo e boa parte da direita contemporânea fizeram foi naturalizar como fundamento da desigualdade o sacrossanto Mercado, combinado com forma de conservadorismo moral e de crença” (IBIDEM, p. 62).

Concluindo seu trabalho, Cepêda (2018) ressalta como “traço extremamente relevante” para estudos de maior fôlego no campo da nova direita, o aspecto teórico da análise sobre o entendimento e mesmo o alcance político do conceito de *natureza humana* e de *ordem natural*, alçados na condição de “bases do realismo cético que alimenta o discurso conservador e da direita, produto (ontologia) e produtor (projeto político) de desigualdade e exclusão social” (p. 71).

Há também, como resultado da naturalização da desigualdade social, uma defesa das assimetrias associadas à gramática do liberalismo, notadamente o processo neoliberal que avança em escala global. Ao evidenciar a contradição entre a ideia de progresso e a tendência de exclusão e maximização do conflito entre membros de uma mesma comunidade, a pesquisadora indica como se produz “a dinâmica pós-contratualista de Boaventura de Souza Santos e da possível modernização da ratio da personalidade autoritária, solo fértil para o pensamento neoconservador, neodireitista e neofascista” (CEPÊDA, 2018, p. 71).

O combate incessante ao racionalismo iluminista, expresso por meio do anti-intelectualismo da nova direita, com a completa sujeição do racional ao real das formas sociais, ou melhor, do abstrato ao empírico vulgar, lastreia a naturalização da desigualdade e sugestão de autonomia das regras do mercado frente à sociedade e ao Estado, na contramão do jusnaturalismo e do contratualismo, o que acaba por reduzir as possibilidades de exercício

da política. Em última análise, “trata-se da negação do entendimento da política como ferramenta de mudança e regulação da vida social” (p. 72).

Por fim, a autora defende que a convergência entre conservadorismo e o individualismo mercadológico ressignifica o pensamento conservador e renova a retórica nesse debate, principalmente na arena das disputas teóricas próprias do mundo científico, “mobilizando a supressão histórica ou a subversão factual da realidade - o uso da argumentação fake - como base de uma discussão que se pretende legítima por pertencer ao ambiente acadêmico” (CEPÊDA, 2018, p. 72).

Até agora foram mobilizados trabalhos científicos que analisaram, interpretaram e descreveram por diferentes caminhos e abordagens como se deu o fenômeno político que permitiu a ascensão ao poder de novas direitas e do bolsonarismo. Nestes textos foram usados conceitos como chaves explicativas para o bolsonarismo enquanto uma categoria inserida num quadro maior. Lacerda (2018) analisou esse processo a partir do conceito de *neoconservadorismo*, Rocha (2018) fez uso conceitual do *amálgama ultraliberal-conservador*, enquanto Cepêda abordou como delimitação conceptual a *aliança liberal conservadora*. A partir de agora, verificar-se-á como a expressão *bolsonarismo* passa a ser empregada com conteúdo heurístico, portanto, seguindo a leitura koselleckiana, convertendo-se de neologismo à conceito.

2.4 Rosana Pinheiro Machado: do lulismo ao bolsonarismo

O ensaio *Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista* (2018) escrito pela antropóloga social Rosana Pinheiro Machado, juntamente com sua colega Lucia Mury Scalco, publicado no livro organizado por Esther Solano, intitulado *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*, foi fruto de uma etnografia longitudinal, realizada desde 2009, sobre consumo e política, tendo como público alvo jovens do Morro da Cruz, a maior área periférica de Porto Alegre. As pesquisadoras analisaram grupos juvenis em período anterior à polarização política que se evidenciou com maior energia a partir dos protestos de 2013, observando as transformações pelas quais eles passaram em consonância “com momentos-chave da história recente do país, marcados, respectivamente, pela emergência do crescimento econômico e, na sequência, seu colapso” (SOLANO, 2018, p. 56). Desta seara de fatos e acontecimentos é que teria surgido uma *juventude bolsonarista*.

Para as autoras, esperança e ódio não são categorias totalizantes, mas tendências que ajudam a pensar como a subjetividade política é lapidada em distintos contextos. Em suas abordagens com os jovens periféricos porto-alegrenses, perceberam como “havia ódio na esperança e parece haver esperança no ódio” (PINHEIRO-MACHADO & SCALCO, 2018, p. 56).

A investigação encabeçada pelas pesquisadoras constatou que o lulismo era caracterizado pelo “fortalecimento do Estado-gestor, pela gradual desmobilização das bases coletivas e pela adoção de políticas liberais, mais individualizadas, de transferência de renda, tendo como marco o Programa Bolsa Família” (*IBIDEM*, p.56), o que nas periferias acarretou em fragilização democrática, mas não propriamente em despolitização.

Em 2016, ao ouvirem alunos e alunas de uma escola na periferia de Porto Alegre, as antropólogas perceberam como muitos jovens apresentavam uma visão negativa das ocupações de escolas que os/as secundaristas vinham promovendo pelo país afora em oposição às políticas de cortes de investimentos e reestruturação dos sistemas escolares. As autoras também notaram que a resistência em considerar os atos dos estudantes como legítimos ocorria principalmente por parte dos jovens do gênero masculino, enquanto meninas e mulheres, por sua vez, teriam assumido o protagonismo dos movimentos, que até então lhes havia sido negado.

Para além das ocupações referidas, o Brasil pós-2013 experimentou uma “proliferação de coletivos negros, LGBTs e feministas, marcados pela lógica autonomista da descentralização e horizontalidade”, o que para as autoras não foi algo somente inédito, mas “revolucionário no sentido de rompimento de estruturas sociais e modelos hegemônicos de masculinidade que se perpetuavam na zona urbana periférica” (*IBIDEM*, p. 59).

A dimensão do gênero é central para análise empregada pelas autoras. A exemplo de Lacerda (2018), Pinheiro Machado e Scalco acreditam que esse movimento de ascensão das lutas feministas, LGBTs, da negritude que vive nas periferias entre outros grupos sociais, que historicamente sofrem com os preconceitos, característicos de um país com herança colonialista e de passado escravista, provocou uma reação que se mostrou, Pinheiro Machado (2018), decisiva para a formação de uma juventude bolsonarista, pois “é justamente essa perda de protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade

hegemônica” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018, p. 59) que motivou muitos jovens, homens em sua maioria, a aderirem às propostas do então candidato Jair Bolsonaro. “Do mesmo modo que o voto em Trump, o voto em Bolsonaro é uma reação à emergência das pautas identitárias (PINHEIRO MACHADO, 2018, p. 02).

Destarte, em seu trabalho de campo Pinheiro Machado não teve dificuldades em identificar uma rede:

ampla de pessoas que desde 2016 passaram a se identificar com o bolsonarismo — conceito que, para nós, está muito além da figura do candidato, mas corresponde a uma nova roupagem do discurso conservador (que não é novo, evidentemente, nas classes populares) (PINHEIRO MACHADO, 2018 p. 01).

Outro importante fator levantado por Pinheiro Machado (2018) é a crise econômica que se abateu sobre o Brasil desde 2014 e se agravou com o golpe de Estado de 2016, e o consequente avanço da agenda pró-mercado sob a liderança de Henrique Meirelles à frente da pasta da Economia no governo Temer, que reduziu expressivamente a capacidade de consumo das classes populares, já em queda desde 2015, o que gerou profunda frustração na juventude acompanhada pela autora, porque “em contexto de economias emergentes, a entrada de sujeitos na economia de mercado produz um duplo-movimento, já que também resulta na produção de sujeitos mais demandantes, conscientes ou exigentes (PINHEIRO MACHADO; SCALCO, 2018, p. 57).

A questão da segurança pública surge como mais um fator determinante na análise realizada. O medo da violência é uma realidade presente no dia a dia desses jovens. Isso não impede de os mesmos temerem a repressão estatal também, mas pensam que existe a necessidade de se ter mais ‘ordem’, ‘pulso firme’ e ‘leis mais duras para os bandidos’. Assim “todos os meninos se colocaram contra a tortura e a censura, sendo inclusive críticos da ação policial nas comunidades”, porém “viam na imagem do militar uma forma de ‘último recurso’, isto é, figurativamente, um pedido de socorro de jovens que já foram tomados pelo desalento”, e seguindo na mesma linha, “o tema mais forte entre os simpatizantes homens da candidatura Bolsonaro, sejam eles jovens ou não, era a fé no armamento da população” (IBIDEM, p. 60), como forma de proteção individual e da família.

Ao articular os três elementos apresentados por Pinheiro Machado (2018), a saber: a perda de espaço do gênero masculino nas posições de mando em virtude do protagonismo nas ações de resistência por pessoas do gênero feminino e população LGBT; o esfacelamento da capacidade de consumo provocado pelas políticas neoliberais de austeridade; e, por fim, a constante sensação de insegurança e desamparo social, criaram as condições adequadas para emergir a figura de um salvador, de alguém que vai resolver os problemas “de cima para baixo” (p. 05), o que tornou Jair Bolsonaro “um fenômeno, um símbolo totêmico de identificação juvenil masculina semelhante ao papel que a Nike ou a Adidas, como exemplos de grife, desempenhavam em tempos de crescimento econômico e apologia governamental ao consumo (PINHEIRO MACHADO; SCALCO, 2018, p. 58).

Contudo, Pinheiro Machado (2018, p. 02) destaca que a diversidade da base bolsonarista também não deve ser desprezada. Segundo ela:

Após realizar dezenas de rodas de conversas, informais ou semiestruturadas, não conseguimos identificar um padrão ou um consenso de posições entre os adolescentes. Existem simpatizantes do Bolsonaro entre meninos que pertencem a mundos completamente distintos, como o do funk, do tráfico, da Igreja ou da escola (PINHEIRO MACHADO; SCALCO, 2018,p. 60).

Esses distintos grupos juvenis se apegam em específicas partes do repertório oferecido pelo bolsonarismo que, “em comum, apenas passa pela figura de um homem que oferece uma solução radical à vida como ela é hoje” (*IBIDEM*, p. 60).

Pinheiro Machado aponta que a grande maioria de seus interlocutores não corresponde a qualquer “estereótipo da polarização como sujeitos fascistas, violentos e intransigentes. São pessoas que estão procurando alternativas para as suas duras vidas e lidando com as informações de um candidato que atualmente reina sozinho nas redes sociais” (PINHEIRO MACHADO, 2018, p.05). E conclui, de forma esperançosa, afirmando que:

Nosso achado mais importante é que esses jovens são muito mais flexíveis e abertos ao diálogo em profundidade do que se pode imaginar no senso comum midiático, que frequentemente recorre à categoria de “discurso do ódio”, a qual, em nosso entendimento tem apenas valor político, mas não acadêmico (PINHEIRO MACHADO; SCALCO, 2018, p. 60-61).

2.5 Esther Solano: a bolsonarização no Brasil

Esther Solano (2019) vem se destacando por investigar a *bolsonarização do Brasil*, ou seja, a ênfase no processo de como a *extrema direita* tem conseguido se estabelecer como força política nos diferentes âmbitos da esfera social e política, principalmente no pós-2013. A autora aponta para como Bolsonaro e outros candidatos do baixo clero conseguiram dominar uma eleição, mesmo sem possuírem os meios tradicionalmente tidos como adequados, como um partido relevante e um tempo expressivo no horário eleitoral gratuito. Segundo Solano: “A onda bolsonarista atropelou a política brasileira” (SOLANO, 2019, p. 307).

Para a autora, “não estamos diante de um fenômeno regional ou nacional”, pois não só no Brasil, mas pelo mundo afora uma série de “candidatos de extrema-direita ganham eleições capturando o sentimento de frustração e desesperança se apresentando com discursos de renovação” (SOLANO, 2019, p. 308). Os partidos tradicionais, focados na burocracia e no poder da governabilidade, arcaram com toda carga negativa oriunda do desgaste da institucionalidade e são vistos pelos cidadãos comuns como os principais culpados das crises econômicas e sociais. “É o voto de castigo. Solano destaca o uso das novas tecnologias da informação para inflar os discursos do “voto de castigo” (SOLANO, 2019, p. 308) e divulgá-los em larga escala.

A pesquisadora defende que estamos diante de uma tendência política que não privilegia questões programáticas ou propositivas, muito pelo contrário, concentra suas forças e energias “a partir da negação: o movimento é não apenas antipetista mas antipartidário; não apenas antipartidário mas antissistêmico” (SOLANO, 2019, p. 309). Essa constatação de Solano (2019) reflete com nitidez a conhecida expressão de Jair Bolsonaro, que quando questionado sobre quaisquer políticas adotadas por outros espectros que não seja o dele costumava, invariavelmente, afirmar que ‘nós vamos atacar essa questão aí’, mostrando como a prioridade estava, e aparentemente ainda está, na destruição do que já foi conquistado e não na proposição do aprimoramento das ferramentas coletivas da política, e em última instância, da boa convivência entre os indivíduos.

Contudo, Solano (2019) destaca como que esses elementos discursivos que condenam a política tradicional e vangloriam o “novo” como uma categoria acima do bem e

do mal, já estavam colocados e se apresentavam com intensidade relevante desde o impeachment, “momento em que se construiu e fortaleceu a base social de Bolsonaro” e que, segundo pesquisas anteriores da socióloga, ainda “durante as manifestações pró-impeachment, ao longo de 2015, a pré-bolsonarização social já era, em retrospectiva, evidente” (p. 309).

Essa retórica antipetista, aos moldes do anticomunismo da Guerra Fria, era mobilizada com astúcia pelo Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online. A autora é taxativa ao afirmar que:

Esse antipetismo estava marcado por um conteúdo de classe e anti-igualitarista. (...) Era a lógica da classe média tradicional, os *tax payers*, que se sentem abandonados pelo governo ao mesmo tempo que rejeitam a mobilidade ascendente dos mais pobres. Uma retórica antipetista com fortes traços de antiesquerdismo e anticomunismo e já com uma presença das *fake news* (SOLANO, 2019, p. 311).

Como a pesquisa de Esther Solano (2019) não tem o enfoque em um momento específico, mas no movimento dos fatos, no processo de conversão para uma política radicalizada por parte significativa da sociedade, a autora não teve dificuldades em verificar que “a simbiose entre petismo, esquerdismo e comunismo estava sendo construída” anteriormente ao ascenso de Bolsonaro ao cargo maior do Executivo Federal. Nesse processo, a corrupção foi um argumento frequentemente usado para justificar o antipetismo, alçando a operação Lava-Jato como “elemento fundamental da criminalização petista e da bolsonarização da política” (SOLANO, 2019, p. 312).

Para Solano (2019), começava a ficar nítido que parcela substancial dos presentes nos protestos anti-PT de 2015 e 2016, em sua maioria eleitores do PSDB, estavam mudando sua opção nas urnas, em favor de Bolsonaro, esvaziando drasticamente o campo tucano. Destarte, “os elementos antissistema, antipartidarismos, antipetismo e antiesquerdismo seriam (...) fatores essenciais para a vitória do próximo presidente brasileiro, elementos esses que já estavam germinando no contexto do impeachment” (SOLANO, 2019, p. 312).

Ao fim e ao cabo, a campanha do capitão reformado logrou êxito na criminalização de seus opositores, os jogando em uma vala comum que tinha como pano de fundo todas as

mazelas da vida política e social do país. Já Bolsonaro representaria “alguém diferente”, capaz de romper com a roteirização da política nacional. Em pesquisas de profundidade realizadas com um público diverso de 30 pessoas na cidade de São Paulo, Solano (2019) constatou que a palavra “esperança” foi relacionada a Bolsonaro em 23 entrevistas, o que sugere uma crença forte em mudanças substanciais no cenário político a partir de uma solução pelo alto conduzida por um salvador, um messias, em meio a um quadro em que “os partidos tradicionais são percebidos como indistintos, fisiológicos e preocupados com os próprios privilégios”. Para além do antipetismo, o antipartidarismo atingiu de forma enfática partidos como o PSDB, DEM e MDB, apelando para uma “concepção binária do velho frente ao novo como nova categoria de enorme impacto político. O velho é rejeitado e a novidade política aparece como um valor em si mesmo” (p. 313).

Não restam maiores dúvidas de que a operação Lava-Jato foi importante ferramenta para o bolsonarismo em sua tarefa de gerar descrédito e inflar os ânimos frente à política tradicional, já que o uso do “processo penal do espetáculo”, com um juiz descaradamente militante e as operações contra da política como forma de criminalização teatralizada, “aumenta o sentimento coletivo de que a política é uma tarefa desprezível e, portanto, deve ser negada, e inclusive combatida” (SOLANO, 2019, p. 314).

Somadas à criminalização da política e dos políticos tradicionais que vinham por décadas sendo protagonistas nas arenas decisórias do poder, surgiu a argumentação “da meritocracia e do hiperindividualismo: a política é desprezível, o caminho é o esforço pessoal. É a lógica da negação do coletivismo em prol do esforço pessoal” (SOLANO, 2019, p. 315).

Esse antagonismo, entre uma suposta ‘nova política’ e uma ‘velha política’, ou ainda, entre ‘meritocracia/hiperindividualismo’ e ‘soluções coletivas’ não foi voltado apenas contra o PT. Em face da campanha promovida por Bolsonaro e os bolsonaristas, Solano (2019) ressalta como “a figura do inimigo sofre um alargamento que contempla todo o campo progressista. A campanha construiu o simbolismo de que as esquerdas seriam uma categoria polissêmica que abrangia ativistas de direitos humanos, professores e manifestantes” (SOLANO, 2019, p. 316).

A exemplo do que Cepêda (2018) já apontava em seu artigo anteriormente analisado neste trabalho, o anti-intelectualismo é um assunto muito caro ao espectro político da extrema-direita, para usar a expressão mobilizada por Esther Solano. “Professores e intelectuais, assim como políticos, são intermediadores cujo papel é colocado em questionamento. (...) É a negação daqueles que tradicionalmente atuaram como mediadores entre os indivíduos (SOLANO, 2018, p. 317).”

A candidatura de Bolsonaro, segundo Solano (2019), representaria para seus adeptos a salvação não só da ordem econômica, mas também dos valores morais e religiosos que a esquerda, de maneira generalizada, supostamente teria como projeto destruir. Portanto, a necessidade não é de fazer oposição, mas de eliminar, exterminar qualquer candidato ou grupo de apoiadores do campo progressista, pois os mesmos seriam supostamente ameaças à família tradicional, notadamente às crianças, a parte mais vulnerável desse contexto. “É a política da inimizade”(SOLANO, 2019, p. 317), motivada como reação às chamadas “pautas identitárias”, uma “revolta do homem branco heterossexual que enxerga privilégios demais nas lutas identitárias” (SOLANO, 2019, p. 318).

Mas os acontecimentos recentes da política brasileira não são tributários apenas da reação ao avanço das pautas feministas, LGBTQIA+ e do movimento negro. “A bolsonarização da sociedade é um fenômeno complexo e multifatorial que irrompeu nossa realidade com muita força” (SOLANO, 2019, p. 319).

Para a professora da UNIFESP, atualmente nos encontramos em um paradoxo em que:

(...) ao mesmo tempo que a extrema direita no mundo impõe um projeto descivilizatório, ela está se colocando como alternativa de futuro para muita gente. Ao mesmo tempo em que se constrói com bases em negações políticas, está fazendo com que muitos indivíduos se sintam empoderados politicamente porque não se apresenta como elitista e sim como popular, fazendo apelos contínuos a suas bases e a militância e se dirigindo às massas que foram abandonadas pelo sistema político tradicional” (*IBIDEM*, p. 320).

Ao observar esse processo de radicalização de uma base social dirigida por expoentes da chamada, pela autora, de extrema direita, Esther Solano (2019) oferece

subsídios valiosos para confirmar a hipótese de que o bolsonarismo não foi ‘um raio branco no céu azul’. Apesar da mesma não estar abordando a discussão conceitual do fenômeno de uma forma específica, suas contribuições vão no caminho de inculcar uma carga heurística, semântica para a expressão bolsonarismo, convertendo-o em um conceito explicativo aceito por parte da comunidade científica.

3. Algumas interpretações do bolsonarismo na literatura marxista

Nesta seção serão retratadas algumas interpretações marxistas, de diferentes matrizes dessa específica epistemologia das ciências humanas, que buscam conceituar ou categorizar o fenômeno político amplamente difundido como *bolsonarismo*. As distintas leituras subsidiam um quadro de entendimentos que em alguns aspectos dialogam com proximidade e em outros momentos acabam por se afastar devido aos caminhos metodológicos escolhidos nas investigações de cada pensador ou pensadora.

Para cumprir com esse objetivo, serão mobilizados textos de autores e autoras que estão empenhados em desvelar a dinâmica e a natureza do fenômeno do bolsonarismo, como Virgínia Fontes (2019), da UFF; Armando Boito Jr (2020), da UNICAMP; Michael Löwy (2020), da USP; Bernardo Ricupero (2019; 2021), também da USP; Luciana Aliaga (2020), da UFPB; Daniel Aarão Reis (2020), da UFF; e Anita Prestes (2021), da UFRJ.

3.1 Virgínia Fontes e o profascismo

A pesquisadora Virgínia Fontes (2019) tem abordado o fenômeno político do bolsonarismo como um processo que está em curso, apresentado como um *profascismo*, que se caracteriza por um *arranjo institucional* que intensifica a *policialização da existência*. No ensaio publicado pelo coletivo Marxismo21, no dossiê *O Governo Bolsonaro e as perspectivas da esquerda*, a autora salienta que há diferenças “entre um presidente eleito com discurso fascista, a disseminação de práticas de cunho fascista e a institucionalização de um regime fascista”. Para ela é necessário “debruçar-se sobre os sinais que indicam traços de fascistização que já vem ocorrendo” (FONTES, 2019, p. 01).

O redesenho constitucional e institucional, na visão da historiadora marxista, vem sendo realizado através de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis, ou mesmo através de medidas administrativas. É um projeto, em curso, de “destruição dos

espaços de dissensão e de debate, e um enrijecimento frente a quaisquer reivindicações de teor popular" (FONTES, 2019, p. 01). Cabe enfatizar que o governo Bolsonaro ainda não controla alguns elementos que incidem em maior ou menor grau sobre esse processo de fascistização como o parlamento, dispositivos constitucionais (as indexações orçamentárias, por exemplo), os governos estaduais, o STF e as distintas formas de resistência e enfrentamento populares.

Para ilustrar tais alterações que ocorrem na estrutura do Estado e do Governo, Fontes (2019) propõe uma interpretação a partir da caricatura *macrocéfala* de *Janus*¹² - de cabeça bifronte, radicalmente doutrinária e sectária na concepção de mundo e na economia - sustentada por *duas patas* voltadas ao uso da violência - através da repressão e da comunicação.

A dupla face articula por um lado os discursos protofascistas, com teor supostamente antissistêmico e bases descontextualizadas de leituras bíblicas, visando denunciar e combater o que os bolsonaristas chamam de 'marxismo cultural'. Por outro lado, a segunda face de Janus macrocefálico defende um "*ultra-liberalismo* totalmente amoral". Tal "junção conservadora-liberal" ajuda desvelar a simetria contemporânea "entre a expansão do capitalismo e os requentados traços nazi-fascistas". Para a autora, a "conexão entre o ultraliberalismo econômico-filosófico e o fascismo é um dos temas mais importantes da atualidade" (FONTES, 2019, p. 02).

Em seu ensaio, Fontes (2019) afirma que a cabeça bifronte do governo Bolsonaro exige fidelidade integral, declarada, permanente e a qualquer custo. Tal circunstância promove uma extrema centralização das decisões, coordenadas pelo alto, por meio de cerceamento de recursos e exigências de obediência. Esta centralização aproximou o desenho do Executivo Federal brasileiro ao do período ditatorial. Nesse processo, os setores subalternos organizados vêm sendo escanteados de forma explícita, e as frações empresariais ou de setores médios são incorporadas ou excluídas seletivamente por estarem ou não alinhadas ao governo.

¹² "Na mitologia romana, Janus (ou Jano) é a divindade bifronte que mantém uma de suas faces sempre voltada para frente, o porvir, e a outra, para trás, em apreciação ao que já se passou. É o deus da transformação e o mediador das preces humanas aos semideuses." Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26042007-163902/publico/CAPITULO5.pdf>

As faces da cabeça bifronte, sempre segundo Virgínia Fontes (2019), possuem sob sua tutela grupos ministeriais. O núcleo central da primeira face é o ‘superministério’ da Economia, comandado pelo *Chicago boy* Paulo Guedes. Junta-se a este último o Ministério da Agricultura, sob direção de agentes do agronegócio que promovem seus interesses particulares.

A historiadora destaca que os empresários brasileiros “expressam seus limites sem constituir grupos públicos de debate e de contraditório”. Portanto, é razoável supor “que as decisões principais ligadas ao grande capital sejam tomadas por fora do âmbito institucional, através de contatos diretos de inúmeros formatos” (FONTES, 2019, p. 03). Um dos objetivos dessa articulação entre empresariado e governo está na captura do fundo público, notadamente os recursos destinados aos setores populares.

A segunda face da Janus é doutrinária e agrupa grande parte dos demais ministérios, exceto os voltados para o emprego da violência, destacam-se os Ministérios das Relações Exteriores, da Educação, do Meio Ambiente, e da Mulher, Família e Direitos Humanos. Os chefes de tais pastas costumam aparecer nas *lives* semanais do Presidente da República. Fontes (2019) ressalta que as *lives* desempenham um papel instrutivo na cadeia de comando e hierarquia desse governo. Porém, não apresentam “informações substantivas ou debates com posições contraditórias; não há sequer explicitação clara dos projetos e/ou dificuldades governamentais (...) A doutrina não se esgota aqui, e deve devoção aos ditames econômicos” (FONTES, 2019, p. 03).

Os ministérios não debatem problemas da ordem do dia, tampouco informam a sociedade da situação concreta do país, foram reduzidos a polos de doutrinação e obediência econômica, atendendo interesses específicos de setores de apoio ao governo, como as alas conservadoras das Igrejas, das Forças Armadas e policiais, e dos grupos empresariais envolvidos com o garimpo. O gabinete ministerial trabalha diuturnamente para “impor uma formatação de cima para baixo ao conjunto da população, eliminar suas fontes de organização e de liberdade, além de exacerbarem a divulgação da pauta protofascista” (FONTES, 2019, p. 04).

Capitaneados pela família Bolsonaro, os dois grupos ministeriais que concentram o poder de algumas frações do capital, procuram estabelecer redes internacionais com os

setores conservadores e profascistas da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa, pretendendo exercer papel de direção doutrinária frente a outros países da região, mas mantendo-se em posição subalterna em relação às potências imperialistas.

As patas de suporte do governo constituem o que Virgínia Fontes vem chamando de Ministério da violência. Sob o mote do combate à corrupção e à criminalidade, o superministério da Justiça, que dirige as polícias, vem sendo instrumentalizado para promover perseguições políticas, linchamentos virtuais e toda sorte de ataques a opositores. Também conta com o Ministério da Defesa e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. A comunicação do governo Bolsonaro é agressiva e busca o controle da imprensa, intimidando jornalistas, mantendo campanhas diretas com o amplo uso das redes sociais, permeadas de teores anti-democráticos e fascizantes.

Esta ala do governo tem como função além do exercício e controle direto do aparato repressivo estatal, incitar e/ou autorizar o emprego da violência direta para-estatal, por seus apoiadores, eximindo-os das consequências de seus atos. “Em outros termos, seu papel é reafirmar a violência estatal e para-estatal, e assegurar sua impunidade” (FONTES, 2019, p. 05).

O ensaio marxista de Pontual demonstra que houve um aparelhamento do conjunto do Estado, concomitante a uma disseminação capilarizada de informações truncadas, falsas ou semi-verdadeiras, que disseminadas até mesmo nas *lives* presidenciais, voltadas unicamente à propaganda. Assim:

Os órgãos de controle, de informação, de repressão e de violência estatal estão submetidos à retomada das práticas de mando ditatoriais, procurando eliminar os processos de obediência constitucional, substituídos pela decisão hierárquica, acompanhada de ‘mimos’, ou seja, de facilidades salariais e de carreira, sobretudo para as altas patentes (FONTES, 2019, p. 05).

As ligações da família Bolsonaro com as milícias cariocas também são de conhecimento público, como indica Fontes (2019). Os cargos na ALERJ oferecidos a milicianos e seus familiares, assim como as homenagens a eles rendidas demonstram cabalmente esse vínculo. Da mesma forma, reiteram deliberadamente a admiração pelo

regime ditatorial brasileiro, exaltando torturadores como o famigerado coronel Ustra, notório criminoso que foi nominalmente citado por Jair Bolsonaro em seu voto no golpe em 2016 que destituiu Dilma Rousseff, presidenta democraticamente reeleita em 2014.

O governo Bolsonaro está incentivando práticas que já estavam em curso na sociedade brasileira, admitindo a prática seletiva cotidiana da tortura. O que se pretende no atual governo em relação à violência e à tortura “é seu estímulo e legitimação, é sua intensificação e o aumento de sua escala”. As formas de comando “se deslocam da hierarquia institucional para a obediência e fidelidade às chefias”. Enfim, há uma reordenação institucional pensada para o empresariamento da ‘segurança’ e da policialização/milicialização de todas as esferas da vida (FONTES, 2019, p. 07).

Virgínia Fontes segue a tradição leninista e gramsciana em sua análise. Tal afirmação evidencia-se quando se observa que sua preocupação está em apontar para as mudanças de caráter estrutural que o Estado assimila das transformações na ordem capitalista da produção da vida, bem ao estilo do líder da Revolução Russa. É possível verificar como a historiadora mobiliza a categoria ‘Estado’ no sentido ‘integral’ ou ‘ampliado’, seguindo os ditames da teoria gramsciana, em que o marxista sardo defende uma concepção de Estado que não se restringe às fronteiras das instituições oficiais e incorpora também a chamada sociedade civil organizada.

3.2 Armando Boito Jr. e o neofascismo

O professor da UNICAMP Armando Boito Jr. (2020) tem caracterizado o movimento de apoio a Bolsonaro, e ao seu governo, como “neofascistas” (p. 111). Contudo, o autor deixa nítido que ainda não se trata de uma ditadura fascista pois o Brasil encontra-se numa democracia burguesa deteriorada. Boito Jr explica que é perfeitamente possível formar-se um movimento social de tipo fascista num regime democrático e mesmo se constituir um governo fascista sem a conversão para uma ditadura fascista. Baseando-se nesse ponto em Togliatti, argumenta que a implantação da ditadura fascista foi resultado da situação econômica e da luta de classes da década de 1920. “O fascismo não nasceu totalitário, ele tornou-se totalitário [...]. (TOGLIATTI *apud* BOITO JR., 2020, p. 112)

No Brasil, segundo Boito Jr., há atualmente um governo neofascista, lastreado em um movimento neofascista, num regime político de democracia burguesa deteriorada. Para o pesquisador da UNICAMP, vivemos ainda em uma democracia burguesa porque mantiveram seus ritos procedimentais. Deteriorada essencialmente por dois motivos. Em primeiro lugar, o judiciário montou um “filtro político”, por meio da Operação Lava-Jato e da Lei da Ficha Limpa, para barrar potenciais candidaturas exitosas de esquerda ou de centro-esquerda. Em segundo lugar, as instituições políticas constituídas, dentre as quais o Supremo Tribunal Federal (STF) também, estão em algum grau sob a tutela das Forças Armadas, particularmente do Exército.

Na visão desse intérprete marxista:

(...) a essa deterioração na forma de organização democrática das instituições do Estado correspondem alterações no regime político vigente, plano no qual podemos observar ameaças e atentados às liberdades políticas – censura, atentados ao direito de reunião, prisões arbitrárias etc (BOITO JR, 2020, p. 112).

Para embasar sua tese de que o bolsonarismo deve ser analisado pela chave explicativa do *neofascismo*, Boito Jr. ressalta que há duas formas equivocadas na literatura política sobre como abordar o conceito do *fascismo*. Primeiramente a leitura de que o fascismo não é um conceito em si, mas uma categoria histórica que se realizou na Europa - especialmente na Itália e na Alemanha- no período do entreguerras. Tal tese é defendida por Emílio Gentile, historiador italiano, assim como por Atílio Boron, politólogo argentino com quem Boito Jr. manteve diálogo crítico através de artigos de opinião publicados no jornal Brasil de Fato e no site aterraeredonda.com.br. Para ambos, Gentile e Boron, os conceitos de forma geral só conseguem designar fenômenos do período no qual e/ou para o qual foram criados.

Para se desvencilhar dessas teses restritivas, o professor Boito Jr. argumenta que:

do mesmo modo que generalizamos quando elaboramos e utilizamos o conceito de democracia, ditadura, monarquia, república e outros conceitos da Ciência Política, devemos também generalizar quando elaboramos e utilizamos o conceito de fascismo, que é um movimento político reacionário

das camadas intermediárias da sociedade capitalista e um tipo específico de ditadura burguesa (BOITO JR., 2020, p. 113).

A abordagem feita por Boito Jr. (2020) sobre o capitalismo, nitidamente inspirada nas teses poulantzianas, indica que o mesmo pode assumir diversas faces, e entre elas, estaria o fascismo, que por sua vez, tem diversas variantes, dependentes do contexto político instalado em um determinado tempo histórico. Já no que diz respeito ao regime político, “o fascismo é um tipo de ditadura e, como outros regimes políticos, comporta, dentro de certos limites, composições distintas do bloco no poder com diversas frações burguesas hegemônicas” (BOITO JR., 2020, p. 113).

O segundo equívoco denunciado por Boito Jr. diz respeito aos autores que trabalham com um conceito descritivo de fascismo. O professor da UNICAMP aponta para dois teóricos, o escritor italiano Umberto Eco e o cientista político norteamericano Robert Paxton. Para Boito Jr:

Esse tipo de definição deve ser denominado descritivo porque os seus autores não explicitam os critérios teóricos a partir dos quais selecionam os atributos do fascismo; acreditam, num enfoque empiricista radical, partir exclusiva e diretamente dos fatos empíricos para criar o conceito; não nos dizem o que é principal e o que é secundário; não qualificam as relações existentes entre um e outro atributo (BOITO JR., 2020., p. 114).

Destarte, o pesquisador marxista abordado entende que o conceito de fascismo é um conceito geral, sua definição deve ser teórica e não descritiva, partindo simultaneamente dos fatos históricos e de uma teoria geral da política e do Estado, desvelando o que é essencial ao fenômeno, ofertando um rumo às análises históricas.

O fascismo, segundo Boito Jr., como “forma de organização do aparelho e do poder de Estado, é uma variante da forma ditatorial do Estado capitalista”, uma ditadura distinta da ditadura militar (BOITO JR., 2020, p. 114).

Partindo das obras de Palmiro Togliatti, Daniel Guérin e Nicos Poulantzas, o marxista Boito Jr. (2020) define “o movimento fascista como um movimento reacionário de massa e, seguindo Togliatti, a ditadura fascista como um regime reacionário de massa”

(BOITO JR., 2020, p. 115). O autor toma emprestada uma terminologia da biologia, o gênero, para diferenciar o fascismo original (na Europa entreguerras) e o neofascismo brasileiro (o bolsonarismo), tratando-o como duas espécies distintas, mas pertencentes ao mesmo gênero.

Nessa interpretação proposta, o fascismo não é um movimento burguês, mas ascende ao governo cooptado pela burguesia e ideologicamente dependente dela. Para Boito Jr., é um movimento de massa de uma camada intermediária, apresentando elementos ideológicos e interesses econômicos de curto prazo que podem não coincidir com a ideologia e os interesses da burguesia. No caso do Brasil, formou-se em 2015, embalado pela campanha golpista contra Dilma Rousseff. “De lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista – o bolsonarismo” (BOITO JR., 2020, p. 115).

O PT teria confiado, segundo Boito Jr. (2020), na ideologia pregadora de que o Estado burguês é neutro – conhecida como ‘republicanismo’ –, e outros partidos de esquerda, como o PSTU e grupos no interior do PSOL, não teriam visto maiores riscos na operação Lava-Jato, apostando na premissa política de eleger o reformismo do PT como o antagonista a ser derrotado, inviabilizando uma resposta articulada por parte do campo progressista frente ao avanço do que o autor chama de neofascismo.

Nesse ponto reside um componente fundamental na diferença entre a crise política que originou o fascismo original, da atual crise política em que surge o neofascismo. Isso porque a “esquerda” que o fascismo original tinha como adversária era um movimento operário de massa, organizado em partidos socialistas e comunistas, que buscava replicar esse tipo de organização, fomentando inclusive milícias para resistir com o uso da força. Entretanto, o neofascismo enfrenta uma “esquerda” que é representada por um reformismo burguês – o neodesenvolvimentismo dos governos do PT – que se apoia numa base popular desorganizada. Nessa situação, o neofascismo organizou-se fundamentalmente por intermédio das redes sociais” (BOITO JR., 2020, p. 117).

Armando Boito Jr. (2020) conclui sua análise a respeito bolsonarismo como uma expressão do conceito de neofascismo afirmando que:

o movimento neofascista pode, no limite, se dissolver ou moderar o seu programa, do mesmo modo que, mudando o que deve ser mudado, um partido de esquerda pode moderar o seu programa e se descaracterizar com a finalidade de se manter no poder governamental. O que deve ser mudado aqui é o seguinte: o movimento neofascista tem como obstáculo a forma de Estado democrático burguesa, enquanto um movimento socialista tem como obstáculo o próprio Estado burguês (BOITO JR., 2020, p. 118).

É notório o uso da argumentação e conceituação de matriz poulantziana no texto de Boito Jr. Nessa tradição, o conceito de fascismo tem aplicação mais generalizada e por isso o bolsonarismo surge não como um *gênero* político, mas como uma *espécie* de tal gênero. Em outras palavras, o *bolsonarismo* não é entendido enquanto conceito, mas como uma categoria explicada pela chave interpretativa do *neofascismo*.

3.3 Michael Löwy, da extrema-direita conservadora ao neofascismo

Michael Löwy, pesquisador marxista brasileiro formado na USP, radicado na França onde atua no *Centre National de la Recherche Scientifique*, ainda em 2015 publicou um artigo com o título *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*, na Revista Serviço Social e Sociedade, no qual afirmava que “enquanto na Europa existe, em vários países, uma continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, isso não ocorre no Brasil” (LÖWY, 2015, p. 662).

O argumento do autor é de que no Brasil, de forma contrária à Europa, não há partidos de massas sustentando o racismo como sua principal bandeira. Entretanto, Löwy (2015) ressalta que no Brasil um racismo difuso está presente na sociedade.

Conforme Aliaga (2020) também mostra em seus estudos sobre o bolsonarismo, Löwy aponta para uma cultura colonial que impregna atitudes e comportamentos mesmo após a descolonização (LÖWY, 2015, p. 657) como um dos importantes elementos que compõem as condições de sociabilidade que permitem a ascensão de formas políticas conservadoras, do campo da extrema-direita.

A falácia do combate à corrupção é historicamente mobilizada por setores conservadores, mas não de forma exclusiva. Porém, Löwy (2015) afirma que o que é similar tanto na extrema-direita francesa, como na brasileira, “são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário: a ideologia repressiva, o culto da violência policial; e a intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais” (p. 662-663).

Entretanto, já em 2015 Michael Löwy percebia que:

o elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovido pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista (LÖWY, 2015, p. 663).

A raiz desses fenômenos é sistêmica e a alternativa tem de ser radical, isto é, antissistêmica (LÖWY, 2015, p. 663).

Quase 5 anos depois, em abril de 2020, o uspiano radicado na França publicou no blog da Boitempo um artigo de opinião com a alcunha *O neofascista Bolsonaro diante da pandemia*. Neste texto Michael Löwy chama atenção para como um dos “fenômenos mais inquietantes dos últimos anos é a espetacular ascensão, no mundo inteiro, de governos de extrema direita, autoritários e reacionários, em alguns casos com traços neofascistas” (LÖWY, 2020, p. 02).

Segundo o autor, a condução negacionista da emergência sanitária da covid-19 no Brasil seguia uma lógica muito específica, a lógica do neofascismo. A insistência em tratar a pandemia como uma ‘gripezinha’ mesmo na iminência de uma catástrofe humanitária é a prova disso.

Por defender a tese da irrepetibilidade da história, como muito bem destaca Aliaga (2020), Löwy justifica porque chama o atual fenômeno político de neofascismo e não de bolsonarismo, só para ficar no caso brasileiro, afirmando que:

O neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século XXI. Por exemplo, não toma a forma de uma ditadura policial, respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. (LÖWY, 2020, p. 03).

Nesse sentido, Löwy também explica que o neofascismo de Bolsonaro é alinhado com o neoliberalismo, com uma política socioeconômica voltada à oligarquia e, até então, sem pretensões sociais como as do *fascismo antigo*. Mais uma particularidade do neofascismo brasileiro que, a despeito de mobilizar, muitas vezes virulentamente, uma “retórica ultranacionalista e patrioteira, ele é completamente subordinado ao imperialismo americano, do ponto de vista econômico, diplomático, político e militar” (LÖWY, 2015, p. 03).

Perante ao fascismo clássico, o que Bolsonaro tem de semelhança, para Löwy, é o autoritarismo, a afinidade com formas ditatoriais de governo, o culto do Chefe Salvador da Pátria (“Mito”), o ódio à esquerda e ao movimento operário. Além de traços de social-darwinismo (típico do fascismo): a sobrevivência dos mais fortes (LÖWY, 2015, p. 03).

O último aspecto específico, que Löwy indica em seu artigo, do neofascismo bolsonarista é o “seu obscurantismo, o desprezo pela ciência, em aliança com seus apoiadores incondicionais, os setores mais retrógrados do neopentecostalismo ‘evangélico’” (LÖWY, 2015, p. 03).

Michael Löwy foi perspicaz ao alertar sobre a ascensão de uma *extrema-direita conservadora* no Brasil, ainda que de forma incipiente. Já em 2015, o pesquisador de formação uspiana mostrava sua preocupação com esse fenômeno. O fato de sua análise considerar elementos de ordem cultural (colonialismo e militarismo) impregnados no tecido social é elucidativa para entender como o mesmo mobiliza o conceito de *neofascismo* como chave explicativa para o fenômeno político atual.

3.4 Bernardo Ricupero: o bonapartismo e o fascismo para entender o bolsonarismo

Bernardo Ricupero, professor da USP, publicou um ensaio, de título *Notas sobre o bonapartismo o fascismo e o bolsonarismo*, no já citado dossiê da Marxismo21, em que propõe analisar o fenômeno político do bolsonarismo através dos conceitos de bonapartismo e fascismo. Em consenso com outros autores e autoras¹³ analisados no presente trabalho, para Ricupero (2019) é chamado de bolsonarismo o fenômeno que vai além da liderança de Jair Bolsonaro.

Há a polêmica se o bonapartismo deve ser entendido como um fenômeno histórico específico ou a forma normal de governo da burguesia desde o desenlace da Revolução de 1848, pois forças políticas tradicionais alcançam a exaustão e saem da “cena política”, abrindo caminho para aventureiros. Ricupero (2019) cita *A guerra civil na França*, de Karl Marx, para lembrar que o bonapartismo é a “única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda não tinha adquirido”(MARX *apud* RICUPERO, p. 01-02). Assim, o bonapartismo seria um fenômeno que surgiria em situações de equilíbrio entre as classes fundamentais. Com base nessa interpretação, Friedrich Engels também considerou como bonapartista os regimes absolutistas e o Império Alemão dirigido por Bismarck.

O professor uspiano assinala como os autores August Talheimer, Leon Trotsky e Otto Bauer entenderam o fascismo, em boa medida, fomentados pelas análises de Marx sobre o bonapartismo. Ricupero aponta para como Talheimer, num artigo de 1928, apresenta o bonapartismo e o fascismo como membros da mesma família de regimes políticos, pois seriam formas de ditadura direta do capital. Ambos promovem uma crescente independência da autoridade executiva, subjugando as classes, impondo o controle fascista do Estado, mas preservando o poder da grande burguesia e dos grandes proprietários rurais. O Partido Fascista era similar à Sociedade de 10 de Dezembro, formado pelo ‘retalho’ das diferentes classes.

Ao revisitar os textos de Talheimer, Ricupero observou como o dirigente comunista indicava que, tanto o bonapartismo como o fascismo, aparecem depois de momentos de avanço da mobilização da classe trabalhadora que acabaram por falhar. A burguesia, exausta, para garantir a manutenção do seu poder social, apelaria para um salvador. Também verifica

¹³ (ALIAGA, 2020; AARÃO REIS, 2020; PINHEIRO MACHADO; 2018; SOLANO, 2019)

que o bonapartismo e o fascismo necessitam de “um estado permanente de desordem e insegurança” (TALHEIMER *apud* RICUPERO, 2019, p. 03)

Contudo, Bernardo Ricupero (2019) salienta que Talheimer apresentou distinções entre o bonapartismo e o fascismo. Tais diferenças advêm dos contextos nacionais próprios de cada nação, com variadas histórias, relações de classes, tradições culturais, entre outras. Napoleão III governava em meio ao capitalismo concorrencial, Mussolini num cenário imperialista. A Sociedade 10 de Dezembro seria a contrapartida das sociedades secretas operárias do século XIX e o Partido Fascista o contraponto do Partido Comunista.

Para Talheimer, ainda pela caneta de Ricupero (2019), o fascismo não seria inevitável. Marx acreditava que o bonapartismo seria sucedido pelo governo da classe trabalhadora, porém, a despeito da brevíssima experiência da Comuna de Paris, o movimento operário não logrou êxito na missão de tomar a direção política da nação.

Leon Trotsky, ao tratar do fascismo, como lembra Ricupero (2019), apontou semelhanças com o bonapartismo, mas ressaltou que seriam fenômenos políticos distintos, pois não se tratariam de *categorias lógicas inflexíveis*, mas de *formações sociais vivas*. Expressões como bonapartismo deveriam ser entendidas como generalizações que não se reproduziriam fielmente no mundo concreto, até porque, na óptica trotskista “fenômenos históricos nunca se repetem completamente” (TROTSKY *apud* RICUPERO, 2019, p. 03). Trotsky abordou em seus escritos dois tipos de bonapartismo: o preventivo, que prepararia a ditadura fascista; e o de origem fascista, este último, o mais estável e perigoso.

Como Ricupero (2019) ressaltou em seu ensaio, Trotsky segue a interpretação de Marx, Engels e Talheimer, defendendo a tese de que o bonapartismo é uma forma de governo que se apresenta numa situação de equilíbrio relativo entre a contra-revolução e a revolução, supostamente elevando o poder político acima das classes, semelhante a um juiz entre os campos em disputa, apesar de não estar suspenso no ar.

Para além das investigações sobre o fascismo, destaca Ricupero (2019), *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* manteve-se inspirando/embasando análises marxistas a respeito da política, inclusive da realidade particular do Brasil. Em relação ao golpe civil/militar de 1964, Ruy Mauro Marini argumenta que houve um *bonapartismo militar*. Num contexto em

que as tensões estavam acirradas, a presença no país de capital externo desde os anos 1950 teria viabilizado o ascenso do governo forte, garantidor de interesses particularistas de determinadas frações de classe.

Francisco Weffort, ao elogiar o texto de Marini, vê no bonapartismo, mesmo sendo uma categoria relacionada à experiência europeia, como a mais similar ao fenômeno brasileiro do populismo. Como bem destacou Ricupero (2019), Weffort não deixava de ser cuidadoso ao afirmar que mesmo com similaridades evidentes, repetir o uso da mesma expressão poderia sugerir a repetição de um fenômeno político em países com formações capitalistas distintas, o que foge do rigor analítico típico do autor em questão.

Outro autor que Ricupero (2019) traz como exemplo para ilustrar o uso de *O 18 brumário* como inspiração metodológica é André Singer. Ao analisar os governos do PT, o teórico cunhou o conceito de *lulismo* para explicar as transformações políticas durante os governos de Lula. Para Singer, assim como Luis Bonaparte se identificou com o *campesinato*, a mais numerosa classe entre os franceses em meados do século XIX, Lula se associou ao *subproletariado* do Brasil, que devido às históricas condições do mercado de trabalho local, acaba por compor a mais volumosa classe também em pleno século XXI. Existe em comum entre ambas dessas classes o fato de não possuírem um projeto político sólido, tornando-as incapazes de aspirar ao poder sem se associar, no caso do campesinato francês ao bonapartismo e do subproletariado brasileiro ao lulismo, para ficar nos casos históricos e concretos.

No balanço bibliográfico sobre a aplicação do conceito de bonapartismo realizado por Bernardo Ricupero (2019), revela-se como Talheimer e Singer enfatizam em suas análises a dinâmica entre as diversas classes e frações de classes; por outro lado Engels, Trotsky e Weffort ressaltam o equilíbrio entre as classes fundamentais. É possível também destacar como a autoridade governamental assume a figura de árbitro entre as classes, como indicam os autores brasileiros, da mesma forma que é possível insistir que atua como gendarme das classes dominantes, leitura essa dos autores que tratam do fascismo. Além do mais, o número de situações nacionais e momentos históricos estudados é enorme. Todavia, “a interpretação de Marx a respeito do bonapartismo não deve ser encarada de maneira rígida,

como uma espécie de fórmula em que se deve enquadrar todas as situações” (RICUPERO, 2019, p. 06).

Para Ricupero (2019), a ascensão do governo Bolsonaro, um importante elemento do bolsonarismo, se dá em um momento de intensificação da luta de classes, lastreada em uma redução cíclica da taxa de lucro agregada da economia e com um aumento do número de greves¹⁴. Ricupero (2019) constata que é nesse contexto que ocorreram as *jornadas de junho de 2013*, momento que, segundo o autor, marcou o início da crise dos governos do PT. Com o acirramento da luta de classes, o espaço de apoio para a *centro-direita* foi drasticamente reduzido e, em detrimento disso, a *extrema-direita* ocupou rapidamente essas lacunas. A votação de Geraldo Alckmin (PSDB), menos de 5% em 2018, exemplifica a desidratação do que Ricupero (2019) classificou como centro-direita.

A eleição de Bolsonaro, além dos fatores internos já apontados, também contou com um cenário internacional favorável, pois uma série de países, como Hungria, Filipinas, Índia entre outros, elegeram a extrema-direita para assumirem os Executivos de seus Estados. Esse fato, para Ricupero (2019), tem como pano de fundo uma *reação* à crise de 2008.

A burguesia, hegemônica pelo capital financeiro, empolgada com a agenda liberal proposta pelo Governo Bolsonaro, não se constrangeu em apoiar o capitão reformado. Segundo o professor uspiano:

Não há dúvida que o capitão reformado não se comporta como árbitro entre as classes como, de certa maneira foram, a seu tempo, Getúlio Vargas e Lula. Age mais como um gendarme da classe dominante pronto a impor as medidas que ela defende, ao mesmo tempo em que para justificar a sua presença como chefe da nação favorece a agitação permanente. A burguesia, em compensação, vê no presidente alguém capaz de realizar uma agenda para a qual seria incapaz de conseguir votos nas urnas. Em poucas palavras, a burguesia se serve de Bolsonaro que, por sua vez, se serve da burguesia (RICUPERO, 2019, p. 07-08).

¹⁴ Cf. ver: MARCELINO, Paula. “Sindicalismo e neo-desenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil”. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, 2017.

A citação anterior sugere que, na interpretação de Bernardo Ricupero (2019), o momento político conjunturalmente analisado por ele indica mais similaridades entre o bolsonarismo e o fascismo, do que comparando o primeiro ao bonapartismo. O autor também salienta que é prudente buscar respostas nos textos clássicos para os problemas contemporâneos, fazendo-se todas as salvaguardas necessárias de contextualização e periodização histórica.

3.5 Daniel Aarão Reis: a reação nacionalista como chave explicativa do bolsonarismo

Para Daniel Aarão Reis (2020), em seus aspectos essenciais o bolsonarismo não é um fenômeno apenas brasileiro. É reação e produto de um processo histórico que remonta os anos 1960 do século XX, quando se evidenciou a existência da revolução científico-tecnológica, que alterou rapidamente e em profundidade a sociedade, a cultura, a política, a economia e os valores da contemporaneidade. A chamada revolução digital ou informática. Cabe destacar que os principais elementos dessa revolução no campo econômico social residem na hegemonia do grande capital financeiro e nas suas propostas de desregulamentação dos mercados e privatização das atividades econômicas, assim como a expansão e a consolidação dos chamados paraísos financeiros.

O historiador da UFF destaca que no campo político-institucional é importante para a compreensão do bolsonarismo observar: a autonomização/aristocratização das instituições ligadas à democracia representativa, que gera descrédito nos partidos políticos e sindicatos, principalmente entre os jovens e nas classes populares; o aumento do desinteresse, do absenteísmo e de uma cultura política *cínica* fundamentada na desmoralização da dita classe política; o amplo uso das mídias sociais nas lutas e embates políticos, por meio de disparos em massa de *fake news*; a irrupção de movimentos sociais autônomos, não vinculados às instituições até então existentes e que usam a internet como ferramenta organizacional (AARÃO REIS, 2020).

Esses elementos, segundo Aarão Reis (2020), se radicalizaram a partir da crise econômica de 2008, pois, em vez de transferir o ônus da superação da crise para os capitais

financeiros, notadamente aos que têm na especulação sua atividade central, os diversos governos optaram pela *socialização das perdas* com o conjunto da sociedade. Não se avançou em termos de uma crítica radical à hegemonia dos capitais financeiros e a suas formas de expropriação e acumulação. Optou-se nitidamente por uma política de gestão da crise, de apaziguamento e de capitulação em face ao proveito destes capitais.

Em consequência de tal cenário emerge a *reação nacionalista* ou também chamada de *nacionalismo de direita*. Esse fenômeno tem repercussão global e se apresenta em vários países distribuídos por todos os continentes, cada qual com suas particularidades e condicionantes. De forma geral pode-se destacar seis aspectos centrais: o nacionalismo extremado; sua inserção internacional, com articulações orgânicas; seu viés antidemocrático; o conservadorismo social e religioso; a conquista da condição de ator relevante e incontornável da luta política; e a capacidade de reagrupar um conjunto de tendências de direita. Em seu interior comporta posições nacionalistas recentes, direitas tradicionais arcaizantes; saudosistas do fascismo/nazismo e dos corporativos estatais autoritários; direitas fundamentalistas religiosas; representantes de instituições repressivas; e direitas modernizantes liberais (AARÃO REIS, 2020, p. 03-04).

Para pensar esse quadro na América Latina é necessário incluir mais um elemento que favoreceu a ascensão da reação nacionalista, a saber: a opção pelas políticas conciliatórias e o “reformismo mole”. No Brasil que levou a cabo essa política foram, principalmente, o PT e o PSDB. Ainda sobre a reação nacionalista ser um acontecimento com escala mundial e não localizada, cabe a assertiva de que “o bolsonarismo é a face brasileira desse fenômeno” (AARÃO REIS, 2020, p. 04).

Com vistas a embasar a ascensão do bolsonarismo no Brasil, o autor propõe o entrelaçamento de três dimensões: analisar as tradições autoritárias presentes na história da sociedade brasileira; compreender a grande conjuntura que se estende a partir da aprovação da Constituição de 1988 até o ano de 2018; e a campanha eleitoral, ou seja, a conjuntura política curta.

Quanto às tradições autoritárias, destaca as duas ditaduras modernizantes do país no século XX - o Estado Novo (1937 - 1945) e a ditadura civil-militar (1964-1979) - estabeleceram o que o autor chama de *relações complexas* com a sociedade brasileira. Essas

ditaduras não foram apenas estabelecidas “de cima para baixo”, não se sustentaram apenas com a repressão estatal e apoio das elites, construíram relações de aceitação e obtiveram a adesão de diferentes segmentos sociais. Destarte:

Em torno das duas ditaduras, em alguns momentos, foi possível construir um consenso social significativo o que muito explica sua instauração pacífica (...). Sem embargo, muitos continuaram embalados pela anunciada “democracia consolidada” e pela interpretação de que as classes populares, salvo operações de “maquiagem” ou/e de “manipulação”, permaneciam infensas à ditadura e a seus valores autoritários (AARÃO REIS, 2020, p. 05).

Se amparando nas intelectuais Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, o pesquisador da UFF indica que as modalidades principais em que se apoiam as tradições autoritárias no Brasil são: o racismo e as não completamente superadas relações escravistas; o mandonismo, advindo das relações agrárias; o patrimonialismo; a corrupção; a desigualdade social; a violência, a intolerância; a discriminação de raça e gênero (p. 05).

Essas tradições de longa duração na nossa história social e política são importantes, não exaurem a análise em si mesmas. É necessário que sejam articuladas a elas elementos que pertencem ao que Aarão Reis (2020) chamou de grande conjuntura, de média duração temporal, sendo o ponto de partida a Constituição Federal de 1988 e o de chegada o ano de 2018.

A candidatura de Jair Bolsonaro antagonizava, sem nenhum constrangimento com os valores e as propostas que conformavam a *Nova República*. O discurso de que a falência do experimento político edificado na Constituição de 1988 foi difundido nos quatro cantos do país e, como afirma o historiador Aarão Reis (2020) - se fundamentando em estudos de Esther Solano e Angela Alonso -, começou a se propor a existência de uma nova fase da história política brasileira a partir da ascensão do bolsonarismo.

A análise do desdobramento da “Nova República”, nestes 30 anos entre a Constituição de 1988 e as eleições presidenciais de 2018, propicia “uma plataforma de observação, entre o curto (campanha eleitoral) e o longo prazo (tradições) que é importante

para compreender certos fenômenos essenciais que ensejaram condições favoráveis à ascensão do bolsonarismo (AARÃO REIS, 2020, p. 06).

Para Reis (2020), o mais importante é o fato de que os partidos reformistas formados no quadro da Nova República, o PT e o PSDB, perderam suas referências inovadoras, absorvidos pelas dinâmicas tradicionais da classe política, em práticas de cunho “conservador e repulsivo” (AARÃO REIS, 2020, p. 06) como corrupção, fisiologia, troca-troca de siglas e descompromissos com os princípios. Acrescenta-se a isso que os dois referidos partidos tiveram pouco empenho em combater e mesmo debater as heranças de nosso passado autoritário, inclusive nos que permaneceram inscritos no texto da Constituição de 1988.

Com o acirramento das contradições sociais sendo impulsionado pela crise de 2008, os dois partidos que vinham polarizando a arena eleitoral desde meados da década de 1990 não conseguiram apresentar proposições nas áreas sociais e de serviço público que fossem aceitas pela sociedade. Neste contexto, os movimentos sociais de 2013 não teriam sido devidamente analisados e interpretados.

Como consequência da política conciliatória, segundo Aarão Reis (2020), os partidos tradicionais não apenas perderam a dinâmica reformista, mas se envolveram com prebendas, pecúnias e propinas. Além disso, assistiram à intensificação da “aristocratização” das instituições públicas; a criminalização da política pelas direitas; e o crescimento de forças conservadoras (bancada BBB), tudo em nome da chamada governabilidade. Assim, o PT e PSDB, teriam se afastado de seus compromissos originais, abrindo brechas para a emergência de lideranças “salvacionistas”, *outsiders*, supostos ou reais.

Quanto à análise feita na *curta duração*, ou seja, sobre a campanha eleitoral de 2018, Aarão Reis acredita que o sucesso eleitoral do bolsonarismo se deu por quatro motivos principais: a subestimação de sua força e do seu potencial de crescimento; subestimou-se também a necessidade de constituir a mais ampla frente possível das tendências de esquerda; a insistência na candidatura de Lula; a ausência de proposições concretas à questão da segurança e à questão da corrupção. Bolsonaro virou depositário do voto antipetista, inflando suas chances.

Entretanto, o historiador da UFF também indica quais alianças que a candidatura bolsonarista construiu para atingir êxito nas urnas:

Bolsonaro soube tecer importantes alianças com o capital financeiro (Paulo Guedes), apareceu como campeão da moralidade e segurança (Moro), teceu e consolidou laços com as igrejas evangélicas (reação a pauta identitária de costumes) e com outras forças conservadoras - as bancadas da bala (aparelhos de segurança e oficiais militares) e do boi (agronegócio de exportação) (AARÃO REIS, 2020, p. 08).

Quanto ao caráter do bolsonarismo, se é uma nova ditadura ou um ressurgimento do fascismo, o autor argumenta que em tempos de crise é sempre tentador tentar explicar o futuro pelo recurso ao passado. Contudo, o mundo e o país se alteraram consideravelmente nestes cinquenta anos para supor que seja possível repetir o passado. Em relação ao fascismo principalmente, esfacelaram-se suas especificidades históricas. De toda forma, considera que para a compreensão da ascensão da extrema-direita ao governo, a melhor alternativa é analisar suas alianças e características específicas.

O contexto internacional ocupa um lugar de destaque na interpretação de Aarão Reis. Tal constatação evidencia-se na afirmação de que “o bolsonarismo é a expressão brasileira de um movimento de reação internacional às mutações promovidas pela grande revolução digital ou informática” (AARÃO REIS, 2020, p. 08).

Na análise específica da força política do bolsonarismo, o autor ressalta que seu núcleo mais coeso reside, primeiramente, nos aparelhos de segurança formais (forças armadas e policiais) e informais (milícia e bancada da bala). Em segundo lugar, estão parcela considerável das igrejas evangélicas que apoiam pautas conservadoras e com expressão parlamentar na bancada bíblica. Por último, mas não menos importantes, as alianças do bolsonarismo com o agronegócio e com o capital financeiro, ou seja, com o “andar de cima”.

O trabalho de Daniel Aarão Reis (2020) oferece uma análise do fenômeno do bolsonarismo no seu primeiro momento: sua ascensão; suas origens nas tradições autoritárias brasileiras; a crise do sistema de representatividade; a inserção internacional do fenômeno; e, as consequências da chamada revolução digital ou informática. Também faz uma discussão sobre o caráter do Governo Bolsonaro, descrendo de um ressurgimento fascista, contudo, por

outro lado, enfatizando a proximidade e influência do governo atual com o legado da ditadura militar brasileira. Por fim, o historiador articula este conjunto de elementos em torno da chave explicativa da *reação nacionalista*, que por sua vez atribui carga heurística e semântica ao conceito de bolsonarismo.

3.6 Luciana Aliaga: o bolsonarismo como forma política concreta da restauração reacionária

No artigo *A restauração reacionária no Brasil em tempos de pandemia*, Luciana Aliaga (2020), utiliza o conceito de “revolução-restauração”, pensado por Antonio Gramsci nos *Quaderni del Carcere*, como modelo heurístico para interpretação do bolsonarismo, sendo este último uma forma específica da restauração autoritária no Brasil.

A autora também traz à tona a gestão da pandemia de covid-19 pelo bolsonarismo no Brasil, argumentando que a doença chegou pelas camadas abastadas de grandes cidades, porém logo se espalhou entre a população mais vulnerável, que possui renda baixa, expondo ainda mais nossas mazelas sociais. Não apenas isso, a pandemia aprofunda os efeitos políticos dos movimentos antidemocráticos, reacionários, anti-intelectualistas e anti-humanistas que se reorganizaram na última década. Isso tudo em escala internacional.

Segundo a pesquisadora gramsciana, atualmente no Brasil há três crises: uma crise sanitária (emergência da covid-19); uma crise econômica estrutural (a nível internacional); e uma crise política (de hegemonia) iniciada ainda em 2013. As três crises não encontram condições de solução e estão se agravando no governo Bolsonaro. Os marcantes acentos autoritários deste governo são “retroalimentados por sustentáculos civis”, que retomam pautas antidemocráticas do pré 1964, anticomunistas, de proteção aos valores da família cristã, restrição de liberdades e direitos civis, bem como ataques aos demais poderes de Estado e a reivindicação de um golpe militar (ALIAGA, 2020, p. 60-61).

O descaso do governo brasileiro com a crise humanitária é latente. Aliaga aponta que a reunião ministerial de 22 de maio de 2020 retratou isso de forma cristalina, notadamente na fala do ‘antiministro’ Ricardo Salles, que sugeriu aproveitar o foco da imprensa na pandemia para “passar a boiada” na legislação ambiental.

Frente a esse contexto tão adverso, a politóloga alerta que tornou-se fundamental compreender o fenômeno chamado de bolsonarismo, que fora dos limites da academia principalmente, quase como “via de regra, os termos bolsonarismo/bolsonarista(s) fazem referência às ações e às manifestações, movimentos sites e redes sociais que apoiam Jair Bolsonaro ou à seus ministros” (ALIAGA, 2020, p. 62).

Em última análise, para Aliaga (2020), o que reemerge no Brasil é um tipo específico de autoritarismo, que busca apoio das massas por meio de amplo recurso à propaganda, com as mídias digitais e as *fake news*. O bolsonarismo - como foi o fascismo - tenta se viabilizar como um movimento de massas, de caráter revolucionário, portanto *anti-establishment*. Devido às similaridades com o fascismo italiano, alguns autores recorrem a termos como neofascismo ou protofascismo para tratar do fenômeno político ocorrido no Brasil.

Nesse sentido a cientista política da UFPB indica como Armando Boito Jr. caracteriza o movimento de apoio e o governo Bolsonaro como neofascista, pois para esse intérprete marxista, como já apontado antes neste trabalho, o fascismo deve ser compreendido como um conceito e consistiria numa forma geral, em um gênero, que teria diversas espécies, diferentes, entre as quais o neofascismo brasileiro.

Outro importante marxista mobilizado no texto de Aliaga (2020) é Michael Löwy. Como já foi demonstrado em outra seção deste trabalho, Löwy atenta que para desvendar a extrema direita no Brasil indicando que seus elementos centrais orbitam em torno da cultura colonial impregnada no tecido social, e do crescente apelo a soluções militaristas antidemocráticas. A despeito de não acreditar que a história se repita, Löwy reconhece que a existência de uma forma política *neofascista* no Brasil surge mais provável com o governo Bolsonaro.

Utilizar a semântica do passado para caracterizar fenômenos novos, ainda não plenamente apreendidos, é um procedimento recorrente na história dos movimentos e do pensamento político. Tal procedimento apresenta “um caráter provisório que se baseia numa analogia precária em função do nível de conhecimento do fenômeno. Assim, fascismo e neofascismo brasileiros podem ser entendidos como conceitos provisórios, ou mesmo como não conceitos” (ALIAGA, 2020, p. 65).

Para superar essa contenda sobre o aspecto conceitual do fenômeno político contemporâneo no Brasil, Aliaga (2020) propõe o emprego do conceito de *revolução-restauração* “como modelo heurístico para interpretação do bolsonarismo como forma específica da restauração reacionária brasileira”(ALIAGA, 2020, p. 66). Destarte, a gramsciana entende:

o bolsonarismo como uma forma política específica de gestão do poder que, a despeito do vocabulário revolucionário, da promessa de renovação da política, é fundamentalmente um movimento de restauração do reacionarismo ligado tanto ao militarismo quanto ao colonialismo, estruturantes da nossa cultura política ao longo dos séculos. Em outros termos, o bolsonarismo pode ser definido como um momento de reação - assim como no passado foi a ditadura civil-militar - gestado num período de crise de hegemonia no interior das relações sociais de forças no Brasil. Neste sentido, pode ser entendido como uma forma política concreta da dialética histórica revolução-restauração proposta por A. Gramsci nos *Quaderni del Carcere* (ALIAGA, 2020, p. 66).

Segundo a teórica, nos Quaderni, Gramsci concentra sua análise no contexto político e econômico que o fascismo se afirmou. Destaca as relações sociais e políticas de forças, ressaltando que em situações de crise aumentam as oportunidades para que grupos reacionários consigam elevar sua influência política.

A solução à crise de hegemonia se não posta em um rumo progressista e popular, tende a vir a ser resolvido regressivamente, pelo alto, através de um golpe aberto de Estado, ou por meio de líder carismático, sem ruptura formal das instituições liberais - como também aponta Boito Jr. (2020) e Aarão Reis (2020) -, mas de teor autoritário. Nessa linha, o fascismo teria sido uma das formas a partir das quais se apresenta a revolução passiva (Aliaga, 2020). Processo esse que foi o caminho para muitos Estados ingressarem na modernidade e que apresenta um conjunto de pequenas ondas reformistas sucessivas, que expressam a conciliação das diferentes frações da burguesia com as velhas classes feudais, sem explosões revolucionárias como a da Revolução Francesa, definindo uma *revolução sem revolução*. O resultado deste processo é uma forma de Estado com democracia restrita,

dominada por elites conservadoras e reacionárias, com alto nível de apatia política e reiterada subalternização cultural e política das massas (ALIAGA, 2020, p. 66-68).

Gramsci afirma que em momentos de difícil exercício da função hegemônica (na crise) a corrupção-fraude se interpõe entre o consenso e a força. Quando as grandes massas populares não são mais organizadas pela via do consenso em torno das ideologias tradicionais que garantem a direção política da classe dominante, estas invariavelmente apelam para soluções de força.

Aliaga (2020) indica como Gramsci não atribui generalidade conceitual ao fascismo, que na verdade é entendido como uma forma política concreta e específica, mas sim à revolução passiva é colocada como um conceito passível de generalização.

Aliaga (2020) propõe uma interpretação em que o contexto da identificação entre revolução passiva e revolução-restauração nos *Quaderni* é o da história italiana e dos Estados europeus que se modernizaram após a Revolução Francesa. A despeito dos dois conceitos se encontrarem profundamente articulados, não se equivalem para todos os casos. O caso francês passou pela concretização histórica da dialética revolução-restauração, mas sem uma revolução passiva. Essa distinção é importante pois se associarmos indiscriminadamente a revolução passiva à revolução-restauração, jogaremos todos processos revolucionários da história dentro da chave explicativa das revoluções passivas, lançando o conceito numa profunda indeterminação, pois o que diz explicar tudo, acaba por não definir rigorosamente nada (ALIAGA, 2020, p. 69).

A dialética inovação-conservação se concretizou de modo diferente no *Risorgimento*. “O momento da revolução e da expansão progressista da classe, que faz avançar toda a sociedade, é limitado e simultâneo ao da restauração, isto é, uma *revolução sem revolução*, ou uma *revolução passiva*” (ALIAGA, 2020, p. 70). A concretização histórica da dialética revolução-restauração pode ser lida como revolução passiva se as classes dominantes de um bloco histórico já existente anteriormente assumem gestão da crise e a manutenção da ordem, dirigindo o aparelho do Estado. No lugar do aparecimento de uma nova hegemonia, as velhas forças se apresentam em novas roupagens e incorporam, muitas vezes pela cooptação de lideranças, os grupos adversários mais ativos. Dessa forma, é possível compreender que:

a revolução-restauração seria um movimento histórico passível de generalização que se concretiza de forma diversas em casos particulares, que assumem forma política de acordo com as condições do contexto histórico, social e político, isto é, uma *forma histórica* de realização. (ALIAGA, 2020, p. 71).

Partindo deste arcabouço conceptual de matriz gramsciana, Aliaga (2020) propõe a interpretação do bolsonarismo como um momento de restauração reacionária *em curso*. É importante ressaltar tratar-se de um processo, desde o início desta década, como resposta à crise de hegemonia aberta nesse período, percebida com mais força e evidência desde as manifestações de 2013.

A partir da análise histórica, a politóloga constata que as formas políticas autoritárias e/ou reacionárias - bonapartismo, fascismo, nazismo e bolsonarismo - emergiram em conjunturas que apresentam três elementos comuns: em primeiro lugar, uma prévia e profunda crise econômica e uma crise de hegemonia; em segundo, a derrota dos movimentos dos trabalhadores, movimentos populares e da esquerda; por terceiro e último, a emergência de forças reacionárias organizadas (ALIAGA, 2020, p. 71).

Assim, ao debruçar-se sobre o contexto político contemporâneo, Aliaga (2020) defende que o conceito de revolução-restauração lança luz sobre os elementos de generalidade e de especificidade dessas respostas autoritárias. Para a autora:

O bolsonarismo, *diferente da personalidade individual de Bolsonaro*, pode ser entendido tanto como uma *forma de gestão do poder* e como um movimento reacionário de massas, incitado pela propagação de fake news, que *emerge em função de uma crise política, econômica, social e ideológica*, cujas origens podem ser identificadas em 2013 (ALIAGA, 2020, p. 71, grifos meus).

Apoiada também na produção teórica de Löwy, Aliaga (2020) se mostra adepta da tese que para entender a forma política autoritária do bolsonarismo é necessário compreender os fundamentos da cultura política brasileira. Nesta esteira surgem ao menos dois elementos basilares, os “mais deletérios” (ALIAGA, 2020, p. 71) à democracia, para interpretar o caráter específico do nosso autoritarismo: o colonialismo, que lança luz sobre as desigualdades sociais extremas no Brasil e o racismo estrutural; e o militarismo, que

restaurado no governo Bolsonaro, ganha novo impulso e valor com o elogio reiterado da ditadura pelos bolsonaristas, assim como o loteamento do Estado com os militares.

Luciana Aliaga (2020) mobiliza em sua análise uma série de categorias e conceitos gramscianos para distinguir o fenômeno bolsonarista de outras interpretações que estão sendo propostas para interpretar o atual contexto. A autora elege, por meio de critérios rigorosamente elaborados e científicos, o conceito de *revolução-restauração* como chave explicativa e passível de generalização para definir o bolsonarismo como a forma dialética-histórica concreta de gestão do poder, ou seja, como forma política, que teria emergido em meio à crise hegemônica iniciada em 2013.

3. 7 Anita Leocádia Prestes - O bolsonarismo como ameaça fascista

Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, é pesquisadora e professora de História da UFRJ e recentemente, em julho de 2021, publicou um artigo no Blog da Boitempo, com o título *Bolsonarismo - uma ameaça fascista*, em que questiona se seria correto identificar esse fenômeno do bolsonarismo com o fascismo (PRESTES, 2021, p. 03).

Para responder tal indagação, a historiadora comunista recorreu a alguns dos intérpretes clássicos do marxismo. Em Lênin e sua tese do imperialismo, na qual sua centralidade reside na formação do capital financeiro – que para além do impulso à constituição dos grupos monopolistas, é responsável pela fusão entre capital industrial e capital bancário -, Prestes (2021) sustenta a justificativa conceitual de fascismo “a partir de sua estrutura econômica” (PRESTES, 2021, p. 03). Numa leitura similar, Jorge Dimitrov, húngaro dirigente da Internacional Comunista, caracterizou o fascismo por ser “a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (*apud* PRESTES, 2021, p. 03).

Tal relação entre capital financeiro e fascismo, contudo, não é imediata e mecânica, até porque a autora afirma que a “correlação das forças de classe em confronto na sociedade será sempre, em última instância, a definidora da necessidade da burguesia recorrer ao fascismo para assegurar sua sobrevivência e sua continuidade em momentos de crise” (PRESTES, 2021, p. 03).

Prestes (2021) busca em Gramsci e Clara Zetkin elementos para fundamentar seu argumento de que regimes de tipo fascista surgem em virtude do fracasso de levantes e lutas de caráter revolucionário e também da posterior incapacidade das esquerdas organizadas de impedirem o avanço das forças reacionárias que a burguesia mobiliza para defender seus interesses mais particularistas, inclusive em face do desencanto das massas com a utopia socialista e comunista.

Ao analisar um caso concreto do Brasil em experiências autoritárias Anita Prestes defende que:

a ditadura militar, implantada no Brasil a partir de 1964, passou por um processo de fascistização que, principalmente após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) de dezembro de 1968, adquiriu características de regime fascista – ditadura dos setores mais reacionários do capital financeiro internacionalizado, exercida fundamentalmente através do Alto Comando do Exército (...). As medidas de exceção adotadas a partir do AI-5 foram necessárias para controlar e esmagar as tentativas de reanimação das lutas populares (PRESTES, 2021, pp. 03 - 04).

Essa reflexão corrobora, lembra Prestes (2021), com uma interpretação de Togliatti na qual o fascismo não constitui um fenômeno passível de ser definido como estabelecido definitivamente, pois é preciso considerá-lo no seu desenvolvimento, ou seja, deve ser visto como um processo, e não um fenômeno acabado e rigidamente delimitado, “como consequência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultantes de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas” (TOGLIATTI *apud* PRESTES, 2021, p. 04)

Depois de articular uma consistente argumentação entre importantes teóricos, a professora da UFRJ busca essas referências que cultivam um olhar mais atento às particularidades dos países que se desenvolvem em situação de dependência frente ao ‘centro capitalista’.

Para tanto, a autora se apoia nos textos de Shafik Jorge Handal, líder comunista salvadorenho, que justifica e define o fascismo como uma contrarrevolução:

a função histórica do fascismo na América Latina consiste em salvar o capitalismo dependente, modernizando-o, promovendo-o a passar a fase de capitalismo monopolista dependente e, onde existam condições para isso, ao capitalismo monopolista de Estado dependente (HANDAL *apud* PRESTES, 2021, p. 04).

A historiadora ainda recorre a mais uma característica que Handal apontava no fascismo na América Latina, a saber, o exército substituindo o papel que o partido ocupava no caso do fascismo italiano.

Continuando o diálogo com as definições sobre fascismo na América Latina, Prestes (2021) retoma Florestan Fernandes, que na década de 1970 escreveu que diferente do que houve na Europa entreguerras, no caso latinoamericano tende a se desenvolver “uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor ‘orquestração de massa’ e um aparato de propaganda mais rudimentar”, o que por consequência “pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e de repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa” (FERNANDES *apud* PRESTES, 2021, p. 05).

Feito esse pequeno levantamento de interpretações marxistas de pensadores e pensadoras já consagradas na literatura historiográfica e política, a professora da UFRJ conclui que em comum nos regimes fascistas de todos os tipos existe na sua essência econômica – uma ditadura terrorista dos elementos mais reacionários do capital financeiro, hoje internacionalizado, contando com a inclusão de monopólios nacionais dele dependentes e a ele associados. Essa conclusão se ampara nas teses de Lênin, Dimitrov, Handal e Fernandes e subsidia uma explicação do aspecto econômico do fenômeno político e do conceito.

Por outro lado, o estabelecimento de ditaduras fascistas historicamente resultou da incapacidade das forças progressistas e/ou revolucionárias apresentarem uma alternativa que pudesse ser vitoriosa. Nesse caso o argumento é fundamentado principalmente em Clara Zetkin e Antonio Gramsci. Ainda destaca-se a dimensão processual do fenômeno e não uma delimitação rígida e fechada, o fascismo seria um movimento e não um ponto de chegada determinado, interpretação baseada na leitura de Togliatti.

Anita Prestes (2021) é adepta da tese de que o período da ditadura civil-militar, notoriamente quando regido pelo Ato Institucional N° 5, foi um momento de fascistização do regime militar. Também enfatiza que pelo fato da oposição de esquerda ser relativamente frágil frente o poder dos setores que orbitavam em torno do governo militar, no Brasil se constituiu uma democracia tutelada pelo poder militar, por meio do artigo 142 da Constituição Federal de 1988. Seu pai, Luiz Carlos Prestes, havia condenado esse artigo afirmando que aquelas por ele previstas são “funções evidentemente incompatíveis com um regime efetivamente democrático” (*apud* PRESTES, 2021, p. 06).

Assim como Aarão Reis (2020), Prestes (2021) também aponta para a ausência de um acerto de contas com a história por parte dos partidos políticos como o PSDB e, principalmente, o PT, já que não houve quaisquer punições aos torturadores e seus chefes. Ao contrário, a historiadora afirma que os generais do Alto Comando seguiram formando seus quadros inspirados na Doutrina de Segurança Nacional e obras de teor duvidoso, para não dizer conspiratório, como o escrito *Orvil*¹⁵.

Os militares brasileiros do alto escalão, segundo Prestes (2021), foram influenciados pelo neoconservadorismo estadunidense dos anos 1980. Os livros do general Sérgio Augusto de Avelar Coutinho¹⁶ circularam pelas academias militares, propagando que a estratégia dos marxistas não focava mais a dimensão econômica, mas sim a cultural. Os ideólogos neoconservadores teriam atrelado a indefinida noção de ‘politicamente correto’ com a tampouco nítida expressão ‘marxismo cultural’.

Nesse contexto de não enfrentamento ao que Luis Carlos Prestes chamou de *poder militar*, Jair Bolsonaro foi Deputado Federal por 28 anos e, segundo a professora da UFRJ, nunca escondeu suas tendências antidemocráticas e fascistas - o elogio ao torturador Ustra na votação do golpe é autoexplicativa -, assim como seus estreitos vínculos com as milícias cariocas. Entretanto, o capital financeiro não teria hesitado em apoiar seu projeto. A escolha de Paulo Guedes, adepto das políticas e das práticas neoliberais, para Ministro da Economia,

¹⁵ Cf. ver (p. 06) O livro *Orvil* (Olho por olho), foi elaborado sob a orientação do general Leônidas Pires Gonçalves ainda em 1986-88 e mantido secreto até 2007, quando foi divulgado por iniciativa do jornalista Lucas Figueiredo.

¹⁶ Cf. ver (p. 07) Publicados em 2002 (Revolução gramscista no Ocidente) e 2003 (Cadernos da Liberdade), o último editado pela Biblioteca do Exército em 2010.

teria atendido aos interesses do capital financeiro em pleno agravamento da crise do sistema capitalista. Concomitante a isso, a candidatura Bolsonaro teria sido bem recebida pelos militares.

Prestes (2021) mobiliza estudos dos antropólogos Celso de Castro e Piero Leirner para mostrar como os militares ressurgem como protagonistas e não mais como articuladores discretos da cena política. O pano de fundo deste movimento de politização das Forças Armadas é uma *reação* à demarcação de terras indígenas, como Raposa Serra do Sol, bem como a instituição da Comissão Nacional da Verdade, em 2007. Soma-se nessa equação o abandono, por parte do Exército, de seus princípios nacionalistas de outrora, em detrimento do alinhamento geopolítico ao neoconservadorismo de cunho neoliberal com origem estadunidense, que sequestrou a já não tão considerável autonomia dos generais brasileiros.

Perante o quadro apresentado e em virtude da crise que não se exaure e das incertezas que se desenham, a historiadora comunista alerta que:

Não se deve descartar a possibilidade do estabelecimento de um regime de tipo fascista, meta implícita e explicitamente muitas vezes confessada por Bolsonaro – recurso extremo do qual o capital lança mão quando não consegue assegurar seu domínio através dos meios proporcionados pelo estado de direito burguês (PRESTES, 2021, p. 01).

Deduz-se da leitura do artigo de Anita Prestes (2021) que o bolsonarismo, apesar de ter origens estruturais e não conjunturais, teria se desenvolvido de maneira fulminante em função da debilidade da luta empreendida pelas esquerdas organizadas, da falta de combatividade dos governos do PSDB e do PT em enfrentar as heranças do *poder militar* e dos interesses particularistas do capital financeiro. Por ser um processo em curso, enfrentaria resistências populares e institucionais, como a Câmara Federal, o Senado e os tribunais.

4. Considerações finais

Após a realização do presente estudo, devido ao panorama que foi traçado a respeito da conceituação voltada para explicar o fenômeno político contemporâneo, parece ser de bom grado retomar os textos de Reinhardt Koselleck com vistas em verificar se de fato a expressão *bolsonarismo* é passível de ser tratada como conceito, ou seja, se traz com ela uma

carga heurística, semântica, capaz de ir além de classificar um fenômeno, mas também explicá-lo em suas linhas gerais. Porém, antes se faz necessário retomar alguns apontamentos pontuais sobre a produção que embasou este trabalho.

Constatou-se que há uma produção acadêmica consistente no que tange ao contexto político contemporâneo, marcado pela crise capitalista e por um processo de radicalização da política e ascensão de forças reacionárias que entendo ter gerado não uma polarização entre direita e esquerda, mas um deslocamento do eixo político à direita, influenciando partidos, sindicatos, mídias, movimentos sociais, Igrejas e demais coletividades situadas no interior da sociedade.

Por se tratar de um fato ainda incipiente e que está em curso, é quase natural que se busque compreendê-lo mobilizando as categorias e conceitos já conhecidos e consagrados na literatura especializada. Assim, Lacerda (2018) fez uso do conceito *neoconservadorismo*; Rocha (2018) trabalha com a definição de *ultraliberalismo-conservador*; e Cepêda (2018) privilegia a chave explicativa da *aliança liberal-conservadora*. Paralelo a isso, outros/as pesquisadores/as começaram a usar o neologismo bolsonarista/bolsonarismo/bolsonarização com o intento de apontar as especificidades de um fenômeno que, apesar de sua escala global ser uma realidade (Aarão Reis, 2020; Aliaga, 2020; Ricupero, 2019), traz em si as particularidades típicas de um país da periferia do sistema capitalista, é o caso dos escritos de Solano (2019) sobre a *bolsonarização* e de Pinheiro Machado (2018) que foca em uma *juventude bolsonarista*.

Com a consolidação do cenário político reacionário e o indiscriminado uso do vocábulo bolsonarismo pelas mídias, pensadores/as começam dedicar especial atenção no sentido de elucidar o fenômeno e também definir uma nomenclatura adequada para sua conceituação, tendo em vista que suas peculiaridades trazem inscritas alguns ineditismos, como o escancarado elogio não só à ditadura civil-militar brasileira, mas o que de mais repulsivo nela existiu, a saber, os agentes criminosos torturadores e a própria prática desumana da tortura.

Os/as teóricos/as marxistas desempenharam um destacado papel na busca por resolução da contenda apresentada no parágrafo anterior. Nessa esteira foram elaboradas produções na área acadêmica (Aarão Reis, 2020; Aliaga, 2020; Boito Jr., 2019; Löwy, 2015)

e também no campo ensaístico (Fontes, 2019; Prestes, 2021; Ricupero, 2019). Neste último caso, os/as autores/as não só apresentam suas interpretações sobre a realidade, como buscam interferir nela através do debate público e da proposição de saídas alternativas para o contexto, notadamente para as esquerdas organizadas.

Da mesma forma que ocorreu com as autoras observadas na primeira seção deste trabalho, percebeu-se uma variedade de vias e bases teóricas para sustentar a explicação sobre o bolsonarismo, independente dele ser tratado como categoria ou conceito pelos/as pesquisadores/as, no interior das epistemologias marxistas abordadas. Destarte, Aarão Reis (2020) mobiliza a noção de *reação nacionalista* ou *nacionalismo de direita*; Aliaga (2020) faz uso da elaboração gramsciana da dialética *revolução-restauração*, ou ainda, *restauração reacionária*; Boito Jr. (2020) e Löwy (2021) pensam o bolsonarismo como uma categoria do conceito de *neofascismo*; Fontes (2019) busca demonstrar que o aparelhamento do Estado pelo bolsonarismo é um movimento de *fascistização* que ela chama de *protofascismo*; no mesmo sentido, Prestes (2021) aponta para o bolsonarismo como *ameaça fascista*, pois, em virtude do sempre presente *poder militar*, estaria em curso um processo de *fascistização* da vida política brasileira; por fim, Ricupero (2019) afirma que para entender o bolsonarismo é prudente usar as interpretações sobre o *fascismo* e o *bonapartismo*, ao menos como um sólido ponto de partida.

Quanto à análise da natureza do bolsonarismo, cabe destacar que em maior ou menor medida o tema da *reação* foi empregado por todos/as autores/as estudados aqui. Por certo, cada intelectual mobilizou essa categoria em relação ao que suscitaria esse caráter reacionário, tendo alguns(mas) identificando as origens do fato em mais de um aspecto. Dessa forma, Lacerda (2018), Aarão Reis (2020), Solano (2019) e Pinheiro-Machado (2018), destacam como o bolsonarismo está ligado a uma reação ao avanço das mobilizações e reivindicações de grupos politicamente organizados em torno das bandeiras do feminismo, da pauta LGBTQIA+ e da negritude. Por outro lado, Aliaga (2020), Löwy (2015; 2021), Aarão Reis (2020), Fontes (2019) e Prestes (2021) entendem a cultura política brasileira é marcada por uma tradição autoritária em que o militarismo e/ou o colonialismo potencializam os movimentos reacionários, assim como as debilidades das esquerdas organizadas as tornam incapazes de impedir o avanço das forças do atraso.

A *crise* do arranjo neoliberal também é um tema que perpassa por todas as leituras feitas, contudo, a tese de Camila Rocha (2018) é, ao meu ver, o estudo que melhor explorou o assunto, justamente por mostrar como essa crise foi gestada em seu interior e por apontar as origens de uma série de quadros políticos que se consideram intelectuais de direita ou do bolsonarismo.

No que tange as matrizes teóricas e conceituais que fundamentam a ação política do bolsonarismo, os trabalhos de Marina Lacerda (2018) e Cepêda (2018), apontam para como os intelectuais que se postulam no campo do conservadorismo foram, a partir do fim da década de 1970, paulatinamente abandonando as teses edificadas no pensamento político de Edmund Burke e migrando para as concepções que orbitam em torno das ideias de Roger Scruton. Tal movimento fez com que a noção de que mesmo num regime conservador é possível se vislumbrar aspectos progressistas do ponto de vista político fosse desmantelada, já que a epistemologia a qual Scruton integra é fundamentalmente reativa e nega com veemência o caminho iluminista como ferramenta política.

Feito esse breve panorama, constata-se como as distintas leituras sobre o bolsonarismo carregam significados, epistemologias, entendimentos e conclusões que nem sempre estão concatenados entre si. Do ponto de vista do pioneiro da *história dos conceitos*, “todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de *generalização*, ao mesmo tempo em que são sempre *polissêmicos*” (KOSELLECK, 2006, p. 108, grifos meus).

Analisando a literatura levantada para o presente estudo, é possível concluir que, ao menos na perspectiva koselleckiana, o *bolsonarismo* pode ser considerado um conceito, pois reúne os elementos mais essenciais para essa tipificação, a saber, a carga heurística e semântica que o termo carrega, permitindo que seja generalizado para compreender diferentes experiências; e seu evidente caráter polissêmico, ou seja, a tensão constante que os conceitos carregam em sua definição e que não lhes permitem ter uma natureza totalmente estanque, rígida e delimitada estreitamente.

5. Referências

AARÃO REIS, D. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan.-abr. 2020. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709/19614>> Acesso em: 26/11/2021.

ALIAGA, L. A restauração reacionária no Brasil em tempos de pandemia. **Revista de Educação Encontros com a Filosofia**, Niterói, n. 12, p. 58-75, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44536>>. Acesso em: 26/11/2021.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, n.50, p. 111-119, 2020. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf> Acesso em: 26/11/2021.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

CAMPOS LIMA M. P. & ARTILES A. M. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n° 103, Maio 2014: pp. 137- 172. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/5569>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5569>.

CHALOUB, J. & LYNCH, C. E C. Um projeto de pesquisa “à esquerda”: Gildo Marçal Brandão e a interpretação marxista do pensamento político brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n°113: p. 281-324, 2021.

FONTES, V. O profascismo: arranjo institucional e policialização da existência. **Revista Marxismo21**, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf>> Acesso em: 26/11/2021.

IANNI, O. (2000). Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, n° 12, p. 55-74, 2000. <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702000000200006>>.

JASMIM, M. G. História dos Conceitos e Teoria Política Social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20. n. 57, fevereiro de 2005, p. 27-38.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/101.pdf>>. Acesso em: 26/11/2021.

LACERDA, M. B. **Neoconservadorismo de periferia**: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LÖWY, M. “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”. **Revista Serviço Social**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

_____. **O neofascista Bolsonaro diante da pandemia**. Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>>. Acesso em: 26/11/2021.

LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 19, p. 75-119, 2016.

_____. Por que Pensamento e Não Teoria? A imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2014.

PAULANI, L. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINHEIRO MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. p. 55-61. In: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita brasileira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, setembro de 2018. 158 p. ISBN 978-85-7559-655-5. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf. Acesso em: 26/11/2021.

PINHEIRO MACHADO, R. **Do lulismo ao bolsonarismo**. Entrevista especial com Rosana Pinheiro-Machado - Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/581843-do-lulismo-ao-bolsonarismo-entrevista-especial-com-rosana-pinheiro-machado>> Acesso em: 26/11/2021.

PRESTES, A. L. **Bolsonarismo: uma ameaça fascista?**. Blog da Boitempo, 2021. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/27/bolsonarismo-uma-ameaca-fascista/> > Acesso em: 26/11/2021.

RICUPERO, B. **Bolsonaro, a pandemia, o passado colonial e o cenário de 2022**. Instituto Humanitas, Unisinos, 2021a. Disponível em: <ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/606302-bolsonaro-a-pandemia-o-passado-colonial-e-o-cenario-de-2022-entrevista-especial-com-bernardo-ricupero>. Acesso em: 26/11/2021.

_____. **Desafios atuais do pensamento político brasileiro**. Site A terra é redonda. 2021b. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/desafios-atuais-do-pensamento-politico-brasileiro/?doing_wp_cron=1630790406.4442570209503173828125> Acesso em: 26/11/2021.

_____. Notas sobre o bonapartismo, o fascismo e o bolsonarismo. **Coletivo Marxismo21**. 2019. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Bernardo-Ricupero-Notas-sobre-o-bonapartismo-o-fascismo-e-o-bolsonarismo.-.pdf> >. Acesso em: 26/11/2021.

SILVA, N. R. Considerações sobre as estruturas de um movimento sem estruturas: o caso do Occupy Wall Street. In: **42º Encontro Anual da ANPOCS**, 2018, Caxambu, MG. Anais. Caxambu: ANPOCS, 2018.

SKINNER, Q. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. Visions of Politics. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57- 89.

SOLANO, E. **A bolsonarização do Brasil**. In: ABRANCHES, Sergio et al. Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321